

ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

VITOR LAITANO E SILVA

**PLACENTA DO IMPEDIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICAS DOS EDITORIAIS DO JORNAL
O ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS DIAS 1 E 12 DE MAIO DE 2016**

Porto Alegre
2020

GRADUAÇÃO



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, ARTES E DESIGN
CURSO DE JORNALISMO

VITOR LAITANO E SILVA

**PLACENTA DO IMPEDIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS EDITORIAIS DO
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS DIAS 1 E 12 DE MAIO DE 2016**

Orientador

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2020

VITOR LAITANO E SILVA

**PLACENTA DO IMPEDIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS EDITORIAIS DO
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS DIAS 1 E 12 DE MAIO DE 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de Concentração: Jornalismo

Orientador: Prof. Dr. Juremir Machado da Silva

Porto Alegre

2020

VITOR LAITANO E SILVA

**PLACENTA DO IMPEDIMENTO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DOS EDITORIAIS DO
JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO ENTRE OS DIAS 1 E 12 DE MAIO DE 2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo pela Escola de Comunicação, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
Área de Concentração: Jornalismo

Aprovado em: _____ de _____ de _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Juremir Machado da Silva (PUCRS)

Prof.^a Dr.^a Camila Garcia Kieling (PUCRS)

Prof. Celso Augusto Schröder (PUCRS)

Porto Alegre

2020

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Flávia e Cesar, e meu irmão, Artur; à toda minha família;

Ao meu orientador, professor Juremir Machado, e às professoras que também me guiaram: Ivone Cassol, Camila Kieling e Cristiane Gutfreind;

Aos meus amigos Caroline Grüne e José Assumpção; e

Ao imprescindível Gabriel Pagliarin.

Obrigado.

*“turvo turvo
a turva
mão do sopro
contra o muro
escuro
menos menos
menos que escuro
menos que mole e duro menos que fosso e muro:
menos que furo
escuro”*

Poema Sujo (1976)
(Ferreira Gullar)

RESUMO

Em 2016, o Brasil retirou outro presidente do seu cargo. Menos de 25 anos desde o impedimento de Collor. Pouco mais de 50 desde a tomada do Poder pelos militares em um golpe que contou com atores civis e da imprensa, a mídia volta a tomar uma posição central na promoção de um imaginário e na construção de uma narrativa que defende a retirada de uma Chefe de Estado democraticamente eleita. Nesta monografia, analisamos os editoriais publicados entre os dias 1 e 12 de maio de 2016 pelo jornal diário O Estado de São Paulo através da metodologia de análise crítica proposta por Motta (2008) na busca de características da criação de uma placenta do golpe (KIELING; ROPERO, no prelo) por parte da imprensa hegemônica brasileira no período que antecedeu a abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff pelo Poder Legislativo brasileiro.

ABSTRACT

In 2016, Brazil withdrew another president from office. Less than 25 years since Collor's impeachment. Not much more than 50 years since the taken of Power by the military on a coup that counted with both civil and press actors, the media takes back a central role on promoting a notion and a construction of a narrative that advocates the withdrawal of another Chief of State democratically elected. In this monograph, we analyse the editorials published between the days 1 and 12 of May of 2016 by the daily newspaper O Estado de São Paulo by the methodology proposed by Motta (2008) searching for characteristics for the creation of a womb of a coup (KIELING; ROPERO, no prelo) by part of the hegemonic Brazilian press at the moment previous of the opening of the impeachment process by the Brazilian Legislative Power.

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | A PLACENTA DO GOLPE | 11 |
| 2.1 | CONCEITUAÇÃO | 12 |
| 2.2 | NA IMPRENSA | 15 |
| 2.3 | SÍNTESE | 19 |
| 3 | MÉTODO E CONTEXTO | 22 |
| 3.1 | ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA JORNALÍSTICA | 22 |
| 3.2 | EDITORIAIS | 29 |
| 4 | ANÁLISE | 35 |
| 4.1 | RECOMPOSIÇÃO DA INTRIGA | 35 |
| 4.2 | ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS | 42 |
| 4.3 | PLACENTA DO IMPEDIMENTO | 46 |
| 4.3.1 | Defesa das instituições democráticas frente ao perigo autoritarista | 46 |
| 4.3.2 | Associação comunista | 47 |
| 4.3.3 | Clamor popular | 48 |
| 4.3.4 | Discurso em defesa da Constituição | 49 |
| 4.3.5 | Criação de um imaginário de isolamento político | 49 |
| 4.3.6 | Falácia de argumento ao homem (<i>ad hominem</i>) | 50 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 51 |
| | REFERÊNCIAS | 53 |

1 INTRODUÇÃO

O processo de impedimento de Dilma Rousseff expôs várias feridas da frágil democracia brasileira. Menos de 25 anos depois do afastamento de Collor do Poder, um novo processo jurídico-político interrompe a normalidade do regime previsto na Constituição.

Pouco mais de 50 anos desde o golpe midiático-civil-militar (SILVA, 2017) que instaurou um governo militar de caráter ditatorial por mais de vinte anos, a imprensa hegemônica brasileira, denominação que utilizaremos ao longo desta monografia como sinônimo de mídia hegemônica, mostra que segue atuando na defesa dos mesmos valores conservadores do século passado.

Nesta pesquisa, analisaremos a narrativa de parte dessa imprensa hegemônica brasileira a partir dos editoriais publicados pelo diário O Estado de São Paulo publicados entre os dias 1 e 12 de maio de 2016, quando o Senado votou pela admissibilidade do parecer que defendia o afastamento de Dilma Rousseff do cargo de chefe do Executivo e instaurava a abertura do processo que terminaria por impedi-la, na busca de indícios que mostrem, ou não, uma participação na construção de um ambiente favorável a uma ruptura institucional.

Entendemos que a construção desse ambiente faz parte de um processo histórico maior, respondendo a uma sucessão de fatos e discursos que vão contra ou a favor de determinadas correntes ideológicas e valores morais, criando uma disputa de narrativas e imaginários sobre personagens e acontecimentos.

No Brasil, estas disputas começaram a tomar grandes proporções a partir das manifestações de 2013 (PLEYERS; BRINGEL, 2015), provocando um processo de polarização no espectro político na sociedade entre uma esquerda progressista e uma direita conservadora. Em 2014, essa polarização da sociedade foi consolidada junto com a reeleição de Dilma Rousseff, que centralizou parte dos embates entre os pólos ideológicas na permanência, ou não, do seu governo frente no comando do País.

Durantes os quase dois anos do seu segundo mandato, em meio a uma crise política intensificada por uma crise econômica, os embates ideológicos e disputas de imaginários se tornaram mais acirrados (ALMEIDA; LIMA, 2016). No fim, com o suporte da imprensa brasileira, prevaleceu a narrativa que defendia o afastamento do governo petista.

Sobre a participação da mídia na construção desse imaginário, utilizaremos o conceito “placenta do golpe” (KIELING; ROPERO, no prelo) para entender o processo de gestação de um ambiente social favorável à ruptura institucional. Aprofundaremos a compreensão deste conceito no segundo capítulo desta pesquisa a partir dos levantamentos de Silva (2017) e Laranjeira (2014) sobre o papel da imprensa brasileira na preparação do golpe militar de 1964.

Após a identificação de características de uma placenta do golpe, selecionaremos categorias suficientemente genéricas (DETIENNE, 2004) que nos permitam comparar a atuação da mídia tanto em 1964 quanto em 2016.

Para identificar essas categorias nos editoriais publicados pelo jornal O Estado de São Paulo, recorreremos à metodologia de análise crítica proposta por Motta (2008), na qual descreveremos no terceiro capítulo desta monografia. Também aprofundaremos o entendimento sobre os tipos de opiniões jornalísticas, aproveitando as reflexões de Beltrão (1980) e Bond (1962) para determinar a natureza dos editoriais como ferramenta de influência de uma ideologia burguesa na opinião pública.

Assim, no quarto capítulo, realizaremos a análise crítica dos editoriais, criando uma intriga a partir dos episódios coletados, identificando as ferramentas linguísticas utilizadas pelo diário O Estado de São Paulo na construção de seus personagens e conflitos e, enfim, identificando se há a presença de características de uma placenta do golpe na narrativa criada nos editoriais do jornal - que configura o nosso objetivo central nesta pesquisa.

2 A PLACENTA DO GOLPE

Neste capítulo vamos nos apropriar das lúpas conceituais que utilizaremos para analisar o discurso de parte da mídia hegemônica brasileira no processo de criação de um ambiente favorável à abertura do processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016.

Para isso, recorreremos à literatura que versa sobre o golpe militar de 1964. Escolhemos este acontecimento devido à grande quantidade de pesquisas publicadas, principalmente a partir de 2016, quando foram completados 50 anos do golpe.

Utilizamos a metodologia comparativa de Detienne (2004) para criar um paralelo entre estes dois processos de ruptura institucional. Para fazê-lo, devemos “descobrir um conjunto de possíveis, cuja amodação conceitual mostra elementos singulares e constitutivos de arranjos diversamente configurados” (2004, p.56). Ou seja, recorrer a categorias “suficientemente genéricas” (p. 49) comuns, evitando as que sejam específicas de um momento, local ou cultura.

Assim, para que seja possível analisar dois processos de rupturas institucionais que aconteceram com 50 anos de intervalo entre si, ainda que no mesmo país, é necessário selecionar categorias que estejam presentes nos dois processos.

Nesta pesquisa, utilizamos o recorte da mídia hegemônica para criar este paralelo comparável. Além disso, a escolha do nosso objeto - os editoriais do diário O Estado de São Paulo - também cumpre este requisito, sendo esse um periódico de relevância nacional e que desempenhou um papel importante nestes dois acontecimentos.

Além de vasta, a literatura sobre o golpe de 1964 também nos traz profunda análise sobre o papel da imprensa e sua relação com as disputas de discurso e poder. Nesta pesquisa, utilizaremos principalmente os levantamentos e reflexões de Larangeira (2014), que mostra o contexto e a relação da mídia e o regime militar, além de oferecer panorama das relações das instituições civis, políticas e empresariais à época, e Silva (2017), que, ao somar a qualificação “midiático” ao “golpe civil-militar de 1964”, demonstra o papel da imprensa na manipulação de um imaginário favorável ao golpe antes e durante o regime.

Como esta pesquisa irá analisar editoriais publicados antes da abertura de um processo de ruptura institucional, utilizaremos de Kieling e Roperó (no prelo), que cunharam o conceito “placenta do golpe” em um artigo que compara os golpes midiático-militares de 1936 na Espanha e 1964 no Brasil a partir das discussões realizadas na imprensa de cada um desses países sobre a questão da reforma agrária.

Com este conceito, os autores criam uma nova perspectiva do papel da mídia e outros agentes sociais no processo de construção de um “clima” favorável à uma quebra institucional, com ênfase no processo de criação, ou gestação, deste.

2.1 CONCEITUAÇÃO

Uma ruptura institucional é um acontecimento dentro de um processo histórico - acontecimento que não ocorre de um dia para o outro. Ela é o resultado de uma série de disputas de atores e grupos sociais que tentam fazer prevalecer as suas vontades e projetos. Estes atores podem ser os grandes empresários, associações, partidos, sociedade civil, militares, setores da imprensa e muitos outros.

No Brasil, em uma leitura de Kieling (2017) sobre a hegemonia de Gramsci (1982), a imprensa hegemônica - aquela que, guiada pela classe dominante, dá a direção intelectual e moral da sociedade civil, cooptando aliados para seus projetos através do consenso - teve um papel imprescindível como ator social nas disputas que consumaram o golpe midiático-civil-militar em 1964 no Brasil (SILVA, 2017). Em 2016, a participação desta mesma imprensa, apesar de outro contexto, não foi diferente.

Naquele ano, segundo Silva (2017, p.152), “com os militares fora do jogo, os mesmos extratos sociais, com a legitimação da mesma mídia, decidiram articular o impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff”, e assim o fizeram.

Melo (1985), segundo Kieling e Roperó (no prelo, p.17), “utiliza a participação da mídia no ‘clima’ de instabilidade política que culminou com o golpe de 1964 para exemplificar a relação de força entre imprensa e Estado”. Kieling e Roperó, no entanto, substituem a ideia de “participação da mídia no clima” pela de criação de uma placenta do golpe - isto é, a criação de um “ambiente de deslegitimação das instituições democráticas no qual se desenvolve a conspiração e criam-se os argumentos que, posteriormente, servirão de legitimação ao golpe” (KIELING; ROPERÓ, no prelo, p.20).

Esta escolha conceitual acarreta especificações e enfatiza o papel da imprensa hegemônica como um ator crucial no processo de legitimação de um discurso pró-ruptura institucional. A imprensa, assim, é retirada de uma posição de mero participante para a posição de um agente central na gestação deste ambiente.

Para Kieling e Roperó, a placenta do golpe é

o conjunto de atividades de deslegitimação da política e das instituições republicanas dentro do qual a imprensa conservadora desempenhou um papel crucial como órgão de mobilização antirrepublicana e porta-voz dos planos conspirativos contra o legítimo governo democrático. (KIELING; ROPERÓ, no prelo, p.7)

Em uma análise do processo de concepção de um ambiente favorável ao golpe militar de 1964, a “criação de uma placenta do golpe” age na conversão da “coligação de interesses político-midiáticos e econômicos” em um “álibi para justificar a intervenção dos militares” (KIELING e ROPERÓ, no prelo, p.2).

A gestação desta placenta, ou seja, a conversão em álibi de interesses político-midiáticos e econômicos para justificar a intervenção em 1964, foi orquestrada, principalmente, a partir de dois eixos: o civil, que também compreende atores políticos e militares, e o midiático.

O primeiro eixo é composto por instituições civis através de instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que era “mantida por no mínimo 70 empresas e associações comerciais e rurais” (LARANGEIRA, 2014, p.47), e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1962 para “dar consistência orgânica ao pensamento dos grupos econômicos desincompatibilizados com políticas popular e reformista e afinados à interlocução com o capitalismo multinacional” (LARANGEIRA, 2014, p.48). O IPES tinha dentro do seu orçamento as instituições femininas Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE) e União Cívica Feminina (UCF), responsáveis, por exemplo, pela coordenação da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu no dia 19 de março de 1964.

Além da organização de atos e comícios, estas instituições também angariavam dinheiro e promoviam campanhas publicitárias de cunho ideológico conservador que alimentou e gestou a placenta que viria a parir o golpe militar. Segundo Larangeira (2014, p. 79), “quatro frentes foram abertas para defenestrar João Goulart”: no campo parlamentar, associada à IBAD, havia a Ação Democrática Popular (ADEP); no militar, a Escola Superior de Guerra e as instituições educacionais subordinadas ao Estado-Maior do Exército; no campo destas

instituições civis, havia o Grupo de Publicações/Editorial do IPES, que “se responsabilizaria pela formulação dos impressos e livros anticomunista, antipopulista e antitrabalhista” (2014, p.79); por fim, na imprensa, havia, no Rio de Janeiro, a Rede da Democracia, composta pelos periódicos Jornal do Brasil, Diários Associados e O Globo, que eram “estuário das produções do IPES e atividades do ADEP” (2014, p.79);

Mas o papel da imprensa na articulação e gestação do golpe não se limitou à carioca Rede Pela Democracia. Campanhas de difamação e linhas editoriais abertamente contra o governo Goulart eram praxe em todo País - e esta articulação nacional constitui o segundo eixo no processo de legitimação da ruptura institucional.

Segundo Silva, a imprensa “serviu como intelectual legitimador da operação que levou à queda do presidente João Goulart” (2017, p.10). Para Gramsci, “os intelectuais são os ‘comissários’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político” (1982, p.11).

Nas palavras de Silva (2017, p.11),

a imprensa brasileira cumpriu rigorosamente esse papel na preparação e legitimação do golpe de 1964. Usou todo o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional.

A exemplo, o jornal Folha de São Paulo publicou, no dia 27 de março de 1964, menos de uma semana antes das tropas mineiras começarem a marchar,

Até quando as forças responsáveis deste país, as que encarnam os ideais e os princípios da democracia, assistirão passivamente ao sistemático, obstinado e agora já claramente declarado empenho capitaneado pelo presidente da República de destruir as instituições democráticas? (SILVA, 2017, p.36)

A imprensa cumpriu um papel imprescindível na construção de um imaginário favorável ao golpe, antes e depois de sua consumação. Alinhados ao capital estrangeiro, valeria de tudo na luta “pela democracia” e “contra o comunismo”, até mesmo “mentira, calúnia, difamação, engajamento explícito e ideológico, deturpação aberta, manipulação escancarada e até brigar com os fatos, como fará O Estado de São Paulo” (SILVA, 2017, p.27).

No primeiro dia de abril de 1964, ao ser retirado do poder,

Jango contava com uma aprovação de 76% dos entrevistados. Em sete capitais brasileiras, ele possuía mais apoio do que rejeição. Apenas oito

meses antes do golpe que o levaria para o exílio e a morte, só 19% dos pesquisados consideravam o seu governo mau ou péssimo. (SILVA, 2017, p. 31)

No mesmo dia, o diário O Estado de São Paulo, perseguido por Vargas no Estado Novo, publicava “Minas desta vez está conosco” (SILVA, 2014, p. 37). “Conosco” quem? Certamente não a maioria da população brasileira, mas extratos de sua elite.

Além de difamações, calúnias e mentiras, a mídia hegemônica recorreu, como viria fazer 50 anos depois, de outros recursos discursivos para, através de ataques ao governo e suas instituições, criar um ambiente favorável à sua queda. Estes recursos, como a denúncia de um suposto radicalismo, de uma polarização da sociedade, a defesa da democracia custe o que custar e a associação do governo ao comunismo, compõem o leque de ferramentas argumentativas utilizadas pela mídia para gestar a placenta do golpe.

2.2 NA IMPRENSA

Neste trabalho, utilizaremos o conceito “placenta do golpe” na análise dos editoriais do diário O Estado de São Paulo referentes aos primeiros 12 dias de maio de 2016 que antecederam a abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff pelo Senado Nacional. Para isso, discriminamos características observáveis (DETIENNE, 2004) deste conceito a partir da definição teórica exposta por Kieling e Roperio (no prelo).

Como citado anteriormente, para os autores, a gestação da placenta do golpe acontece através da conversão em álibi de interesses político-mediáticos e econômicos para justificar uma ruptura institucional. Segundo os levantamentos feitos por Larangeira (2004), Kieling (2017), e Silva (2017), podemos observar a construção de um imaginário favorável ao golpe midiático-civil-militar de 1964, por parte da mídia hegemônica, para preparar, legitimar e justificar o golpe midiático-civil-militar de 1964.

A partir da análise destas pesquisas, são identificáveis pontos suficientemente genéricos (DETIENNE, 2004) que nos permitam criar paralelos com o discurso proferido nos editoriais do jornal O Estado de São Paulo publicados nas duas semanas antecedentes à abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff.

Como nossa análise será feita a partir do conceito “placenta do golpe”, realizamos uma busca por pontos que corroboraram na gestação de um ambiente favorável a uma ruptura institucional, especialmente os que promoveram uma conversão dos interesses da elite hegemônica brasileira em uma justificativa para o golpe.

No dia 13 de março de 1964, o então presidente João Goulart apresentou, em frente a milhares de trabalhadores, suas reformas de base que pretendiam alavancar o País. Além dos decretos, como a SUPRA, a sua proposta de reforma agrária, defendia também uma nova constituinte. O comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, terminou de preencher o copo que, em menos de um mês, viria a transbordar, inundando o país com uma ditadura.

No dia seguinte ao comício, jornal diário O Estado de São Paulo publicava na sua página três (SILVA, 2017, p.124) um editorial que dizia: “Afirmávamos há dias que o País estava vivendo um regime pré-totalitário.” Eles não estavam totalmente errados. Mais adiante, seguem:

Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o czarismo, pode-se afirmar que a ditadura, e embora não institucionalizada, é uma situação de fato. (O ESTADO DE SÃO PAULO APUD SILVA, 2017, pp.124-125)

A democracia, se em risco, já estava fadada à ruína. Para o diário paulista, o estabelecimento da ordem democrática só ascenderia com a queda de Jango. Ao dimensionar com grande exagero os acontecimentos, a imprensa hegemônica brasileira via o País a um passo de uma revolução aos modos soviéticos. No mesmo editorial, o jornal afirma que, na fala de Goulart, “a revolução foi pregada com uma insistência, uma agressividade e um calor que ultrapassaram tudo o que até à data se havia verificado” (SILVA, 2017, p.125).

O mesmo olhar que enxergava o governo em tons vermelhos, identificava, na sociedade, uma coesão oposicionista composta especialmente por “setores da Igreja e o empresariado” (KIELING, 2016, p.105), que serviam de base legitimadora do discurso conservador da imprensa, principalmente no aspecto da defesa da Constituição em contraposição às reformas janguistas.

Para estes intelectuais orgânicos, a proposta de emenda constitucional que seria votada no Congresso era um ataque direto à Constituição. No editorial sobre o comício na Central do Brasil, após uma equiparação entre João Goulart e Brizola, é

apontado que os dois políticos gaúchos têm um fim em comum, e “esse fim estimado, essa meta que perseguem com igual ardor, é a supressão do regime constitucional, a abolição da Lei Magna de República” (O ESTADO DE SÃO PAULO APUD SILVA, 2017, p. 125). Para o diário paulista, o decreto da SUPRA, decreto da Superintendência Regional de Política Agrária que permitia a desapropriação de áreas ao longo das estradas de ferro, das rodovias e das zonas de irrigação, era apenas o meio para o fim. O editorial seguia:

Para Exa. só a espoliação pura e simples dos proprietários legítimos da terra é moral, só o roubo do solo em troca de títulos sem valor poderá salvar o Brasil. E como a desígnio criminoso, não vê, exatamente como seu cunhado, outro caminho que não seja o ataque frontal à Carta Magna. (O ESTADO DE SÃO PAULO APUD SILVA, 2017, p.126)

A tônica conspiratória seguiria nas páginas do jornal. Em 31 de março daquele ano, com os militares golpistas em marcha, foi impressa o texto com título “O presidente teria pronta a sua nova Constituição”. Para Kieling (2017, p 103), “o uso do verbo no futuro do pretérito e a imprecisão das fontes da matéria são alguns dos elementos que (...) sugerem sua inclinação ao autoritarismo”. O texto traz: “Circulava, entretanto, esta tarde, o rumor de que o Sr. João Goulart já dispõe de uma Constituição redigida para ser outorgada logo após o plebiscito a ser convocado por decreto para abril próximo.” No entender do diário, Jango estaria prestes a dar um golpe de Estado.

Nesta última edição de março, o Estadão trazia a matéria “Unem-se em defesa da Constituição o Governo e as classes produtoras”, onde “fica clara a coesão ideológica entre o governo do Estado de São Paulo e a nova diretoria da Associação Comercial de São Paulo” (KIELING, 2016, p.105). O jornal invoca atores civis na “defesa da Constituição”, uma elite alinhada ao capital estrangeiro. O Estado de São Paulo, no entanto, não via - ou se negava a ver - outra parcela de atores sociais: as classes populares que apoiavam as medidas de Jango.

A busca por criar um imaginário em que Jango estivesse isolado na política brasileira na defesa de suas reformas levou O Estado de São Paulo até mesmo a brigar com os fatos. No editorial de 14 de março, diz que “a população da Guanabara ficou em casa”, enquanto registros mostram que “entre 150 mil e 200 mil pessoas acotovelaram-se para ouvir Jango, Brizola e outro aliados do governo (SILVA, 2017, p.126). Carlos Lacerda, então governador da antiga capital brasileira,

encomendou uma pesquisa de opinião com os participantes do comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro.

O resultado estarreceu os próprios patrocinadores da pesquisa. Ali não estavam, como se supunha, uma maioria de janguistas e comunistas atuando como claque. Esses, na verdade, compunham apenas 5% do público. O restante, os 95% demonstravam um pensamento legalista, reformista e portador de alto grau de politização: queria eleições presidenciais em 1965, bem como as reformas de base, mas não admitia o fechamento do Congresso nem reeleição de Goulart. (FERREIRA APUD SILVA, 2017, pp. 126-127)

O Estadão, no entanto, publicava: “O não comparecimento do povo à concentração, a que foram somente os arregimentados, vale por uma manifestação de repúdio do País ao presidente-caudilho” (SILVA, 2017, 127). É de pensar que jornal não pudera estar presente no evento. Para não perder a associação ao comunismo, arrematam: “Os ambiciosos cálculos do Estado-Maior comunonacionalista foram desmentidos.”

Segundo Silva (2017), uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) apontou que 59% dos entrevistados apoiavam as propostas do Poder Executivo. Outra pesquisa, realizada entre os dias 9 e 26 de março de 1964, mostrou que 48,9% votariam em Jango se ele pudesse ser candidato. Todavia, “o decreto de SUPRA, proposta pela reforma agrária, era para o jornal O Estado de São Paulo uma ‘monstruosidade capaz de revoltar a consciência de nacionalidade’” (SILVA, 2017, p.127).

Além da associação ao comunismo, do reconhecimento de uma “massa popular” reacionária e conservadora e até mesmo da briga com os fatos para narrar um ambiente de isolamento político de Goulart, a imprensa hegemônica também buscou deslegitimar o presidente minando a sua imagem e construindo um imaginário de um alcoólatra inepto ao cargo. Essa prática pode ser evidenciada em um texto do jornalista Antonio Callado, como mostrou Silva (2017, p.64), intitulado “Jango ou o suicídio sem sangue”, publicado na coletânea “Os idos de março e a queda em abril”, de 1964, organizado pelo diretor do carioca Jornal do Brasil, trazendo produções de oito jornalistas da redação.

Em um flerte com Shakespeare, Callado assim traçou a imagem de Jango:

Sabia-se despreparado. É pessoalmente um homem indeciso e os que o conhecem e respeitam têm um adjetivo que lhe aplicam sempre: humilde. Aceitou, empurrado por Brizola, o encargo. E vagou em seus paços do Planalto e Laranjeiras, durante quase três anos (ou três atos) lutando contra

a própria inoperância. Dia 13 de março deste ano, incapaz de suportar por mais tempo o desnível entre o que era e o que devia ser, o Jango-Hamlet saiu para o comício. Tomara uma refeição ligeira de manhã, na base do chimarrão, e depois, durante todo o dia, não comeu mais nada. Tinha bebido muita limonada e em seguida uísque (nos dois últimos governos da República esse personagem escocês desempenhou um papel macbethiano). (CALLADO, IN:DINES, APUD SILVA, 2017, p. 64)

Como poderia um despreparado, incompetente e alcoólatra tomar as rédeas do País? Para Silva (2017), “o perfil de um presidente fantoche ajudará a justificar a necessidade da intervenção militar.” Elementos da gestação de um imaginário favorável ao golpe.

2.3 SÍNTESE

A placenta do golpe é um conceito recente. Tendo aparecido pela primeira vez no trabalho de Kieling e Roperó (no prelo), que não foi publicado até a conclusão desta monografia. Neste capítulo, o trazemos à discussão na tentativa de aprofundá-lo e, a partir disso, poder utilizá-lo como uma ferramenta de análise empírica do nosso objeto de estudo.

Finalizamos este capítulo com uma síntese dos apontamentos feitos ao longo desta parte da pesquisa. Começaremos retomando o levantamento teórico que circunda este conceito e sua definição. Em um segundo momento, apontaremos suas características observadas nas publicações da mídia hegemônica brasileira em relação golpe militar de 1964 que nos permitirão criar um comparativo com discurso desta mesma mídia em relação à abertura do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, em 2016.

Vimos, no primeiro subcapítulo, que o processo que leva à uma ruptura institucional tem muitas frentes. Categorizamos-nas em duas: civis e midiáticas. Esta escolha metodológica é possível graças às pesquisas de Silva (2017) e Larangeira (2014), que demonstraram a importância do papel da imprensa na construção de uma trajetória que culminou no golpe midiático-civil-militar de 1964, além da construção de imaginários que permitiram a sua consumação e vigência. A escolha do estudo do fenômeno de a ruptura institucional a partir do conceito “placenta do golpe” não só permite, como faz necessária esta categorização, uma vez que, segundo a pesquisa de Kieling e Roperó (no prelo, p.7), placenta do golpe é “o conjunto de atividades de deslegitimação da política e das instituições republicanas

dentro do qual a imprensa conservadora desempenhou um papel crucial como órgão de mobilização antirrepublicana.”

Este “papel crucial” em um processo que leva a uma ruptura institucional nos permite enxergar a imprensa sob uma nova lente. Encaramos a mídia como um ator central na criação de um ambiente favorável ao golpe.

A partir da compreensão de Gramsci (1982, p. 11) sobre o papel dos jornalistas como intelectuais orgânicos, ou seja, agentes a serviço da classe dominante com a função de traduzir repassar a ideologia burguesa às classes subalternas, identificamos a eficácia da mídia em legitimar discursos e imaginários que, em 1964, levaram à queda de João Goulart. Segundo Silva (2017, p.11), a imprensa “usou todo o seu prestígio para convencer parte da população, especialmente as classes médias, a aderir aos propósitos das elites econômicas vinculadas aos interesses do capital internacional.”

Este processo de legitimação, justificação e construção do imaginário se dá de diversas formas. No segundo subcapítulo identificamos e classificamos em categorias suficientemente genéricas (DETIENNE, 2004) que nos permitam analisar o processo de criação de um imaginário referente ao processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016.

Estas categorias são:

- **A defesa das instituições democráticas frente ao perigo autoritarista.** No editorial de 14 de março de 1964, O Estado de São Paulo publicou:

Quando o chefe do Executivo se permite, nas praças públicas, fazer a apologia da subversão e incitar as massas contra os poderes da República que lhe estorvam a marcha para o czarismo, pode-se afirmar que a ditadura, e embora não institucionalizada, é uma situação de fato. (SILVA, 2017, pp.124-125);

- **Associação ao comunismo.** No mesmo editorial, “Os ambiciosos cálculos do Estado-Maior comuno-nacionalista foram desmentidos” (SILVA, 2017, 127);

- **Clamor popular.** Na edição publicada em 31 de março de 1964, O Estado de São Paulo trazia a matéria “Unem-se em defesa da Constituição o Governo e as classes produtoras”, onde “fica clara a coesão ideológica entre o governo do Estado de São Paulo e a nova diretoria da Associação Comercial de São Paulo” (KIELING, 2017, p.105);

- **Discurso de defesa da Constituição.** Como quando afirmam que o objetivo final, “esse fim estimado, essa meta que perseguem com igual ardor, é a supressão do regime constitucional, a abolição da Lei Magna de República” (SILVA, 2017, p. 125);
- **Criação de um imaginário de isolamento político.** Também no editorial de 14 de março, afirmaram “o não comparecimento do povo à concentração, a que foram somente os arregimentados, vale por uma manifestação de repúdio do País ao presidente-caudilho” (SILVA, 2017, 127), sabidamente inverdade; e
- **Falácia de argumento ao homem.** Callado tenta deslegitimar as medidas de Jango associando a ele uma imagem de alcoólatra incapaz de governar. “Sabia-se despreparado. É pessoalmente um homem indeciso e os que o conhecem e respeitam têm um adjetivo que lhe aplicam sempre: humilde” (CALLADO, IN:DINES, APUD SILVA, 2017, p. 64).

3 MÉTODO E CONTEXTO

Neste capítulo, vamos expor a metodologia de análise crítica proposta por Motta (2008), destacando os passos para sua execução. Depois, no segundo item, a partir das reflexões de Beltrão (1980) e Bond (1962) sobre os tipos de opiniões e a natureza dos editoriais jornalísticos, objetos desta pesquisa.

3.1 ANÁLISE PRAGMÁTICA DA NARRATIVA JORNALÍSTICA

Uma vez identificadas categorias suficientemente genéricas (DETIENNE, 2008) na narrativa criada por parte da mídia hegemônica brasileira sobre a ruptura institucional ocorrida em 1964, precisaremos encontrar em nosso objeto de estudo pontos correspondentes passíveis de uma comparação. Para isso, analisaremos os editoriais publicados pelo jornal O Estado de São Paulo a partir da metodologia de análise proposta por Motta (in: LAGO e BENETTI, 2008).

O método de Análise pragmática da narrativa jornalística utiliza ferramentas da narratologia, que “procura entender como os sujeitos sociais constroem os seus significados através da compreensão e expressão da narrativa da realidade, inclusive através da mídia” para “colocar as coisas em relação umas com as outras em ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico.” (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 144).

Para Motta,

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modo) linguísticos e extralinguísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória. (in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 144)

O uso de estratégias comunicativas na construção de uma narrativa implica a utilização de ferramentas linguísticas e extralinguísticas que realizem a finalidade desejada. “Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário” (2008, p. 144). Ainda que a interpretação final só vá ocorrer no receptor, o investimento na organização e do discurso “solicita uma determinada interpretação por parte dos seus destinatários” (2008, p. 144).

Ao tecer uma narrativa, o autor traduz partes do imaginário - ou, segundo Motta, o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a

natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, valores, etc) - em relatos e, a partir deles, somos capazes de colocar “as coisas em relação umas com as outras em uma ordem e perspectiva, em um desenrolar lógico e cronológico” (2008, p. 143).

Essa tradução do conhecimento do mundo, no entanto, não reflete a realidade, mas uma representação da realidade, organizadas de modo que pertence a uma estratégia dentro de um contexto cultural. Assim, a análise narratológica, especialmente a midiática, se torna “um procedimento analítico para compreender os mitos, as fábulas, os valores subjetivos, as ideologias, a cultura política inteira de uma sociedade” (2008, p. 145).

Para a compreensão do papel de uma narrativa na construção de um imaginário, é necessário pontuar que “narrativas e narrações são forma de exercício de poder e de hegemonia nos distintos lugares e situações de comunicação” (2008, p. 145). Em outras palavras, ao utilizar certos códigos, articulações sintáticas e pragmáticas (2008, p. 145), em detrimento de outros, o narrador busca induzir o receptor visões objetivas e subjetivas específicas do mundo. “Quem narra tem algum propósito ao narrar, nenhuma narrativa é ingênua” (2008, p. 146).

Ao empreender uma análise, é preciso “compreender as estratégias e intenções textuais do narrador” (2008, p. 146), as visões de mundo propostas e como essas são apresentadas. Motta (2008, 146) também destaca a importância de compreender “as interpretações criativas do receptor”, onde essas visões se consolidam, parcialmente ou não.

Para isso, Motta (2008, pp. 145-147) propõe a criação de uma história única, ou um acontecimento, a partir narrativas isoladas. “Juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separa. Reunir as notícias diárias em episódios e sequências maiores, como se fossem um acontecimento único e singular” (2008, pp. 145-146). Para o pesquisador,

Diferente dos romances ou filmes, onde as histórias são integrais e o ciclo cronológico da intriga se completa, as notícias diárias são fragmentos desconexos de sentido, dificilmente contam uma história completa. As notícias são assim fragmentos dispersos e descontínuos de significações parciais. (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 147)

Nesta pesquisa, nossos fragmentos isolados são os editoriais publicados entre os dias 1 e 12 de maio- com exceção do dia 11, não disponível em nosso banco de dados - prévios à abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff

pelo Senado Nacional. Esses fragmentos compõem o capítulo final de um acontecimento maior - a participação de uma parte da mídia hegemônica brasileira na gestão da ruptura institucional de 2016. Estes últimos dias, assim, constituem um acontecimento por si só. “As notícias unitárias passam a ser parte de um acontecimento integral” (2008, p. 146).

Ao juntar os editoriais isolados em uma unidade singular, criamos uma nova narrativa. Narrativa, esta, que se aproxima à do leitor. Segundo Motta,

Ao ler/ver/ouvir as notícias de hoje as pessoas associam aos fatos, causas e conseqüências, põem os episódios de hoje nas histórias de ontem, relacionando pontos, associam antecedentes e conseqüentes, demarcam começos e finais de histórias temáticas.” (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 146)

Essa síntese cria uma nova estrutura, “clímax e desfechos de histórias que se encaixam em uma narrativa inédita e completa” (2008, p 146). Essa nova narrativa, no entanto, “não significa prescindir da análise do contexto comunicativo.” Motta (2008, p. 146) explica que “o texto e seus significados são apenas os nexos entre a produção e o consumo, entre o ato de enunciar e o ato de interpretar.”

Assim, as narrativas “são formas de relações que se estabelecem por causa da cultura, da convivência entre seres vivos com interesses, desejos, vontades e sob constrangimentos e as condições sociais de hierarquia e poder.” O foco deve estar nos “jogos da linguagem”, nas “ações de constituição de significação em contexto” na busca da compreensão das diversas camadas de significativas do objeto.

Esta reformatação dos fragmentos narrativos em novo e singular é o primeiro passo para a análise, segundo Motta (in: LAGO e BENETTI, 2008), que constitui o movimento de recomposição da intriga, ou do acontecimento jornalístico.

Ao recompor os episódios da intriga, é preciso “identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese” (2008, pp. 147-148) - isto é, compreender o acontecer do mundo a partir do enredo daquela narrativa. Ao observar as repetições de temas, circunstâncias, personagens, cenários, situações e ganchos, a reconstrução da narrativa jornalística se torna mais coerente.

Para Motta (2008, p. 148), o próprio processo de reconstituição da narrativa faz surgir “uma nova intriga complexa que confere ao objeto outra significação.”

Essa ressignificação surge no transcorrer da montagem da serialidade do enredo, da identificação do fundo moral ou fábula que vai se tornando cada

vez mais nítida e do descobrimento das estratégias narrativas utilizadas em cada caso ou situação comunicativa” (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 149)

O próprio processo de reconstruir a narrativa já privilegia certos elementos do texto, “como a sintaxe e a lógica narrativa decorrentes da estratégia textual” (2008, p. 149). O novo objeto vai sendo reconstruído ao longo da reformatação da intriga. “O ato analítico em curso é uma interpretação reflexiva, uma experiência em si mesmo” (2008, p. 149).

A partir dessa nova síntese, segundo Motta (in: LAGO e BENETTI, 2008), deve-se identificar os conflitos principais e secundários, que podem ser “políticos, econômicos, psicológicos, familiares, jurídicos, policiais, etc” (2008, p. 150). Esses conflitos permitirão compreender a funcionalidade dos episódios, que podem estar em um ou mais fragmentos da narrativa de cada vez, como “arcos” em uma série televisiva - uma unidade narrativa intermediária. Esses episódios devem receber nomes, indicando a sua funcionalidade dentro da trama, “como situação estável (equilíbrio), complicação, clímax, resolução, vitória, desfecho, punição, recompensa” e assim por diante. Nas palavras do autor, as funções são “ações levadas a cabo por personagens que desempenham um papel funcional na história” (2008, pp. 150-151).

O processo de identificação das funções, portanto, acontece simultaneamente ao de identificação das construções das personagens, que podem ser identificadas “como protagonistas, antagonistas, heróis, anti-heróis, doadores, ajudantes, etc” (2008 p. 152).

O autor adverte que, mesmo ao analisar a “narrativa realista do jornalismo, as personagens são de papel, ainda que correspondentes na realidade histórica”, isto é,

não interessa quem é o político ACM, o que fez ou deixou de fazer na vida real. Interessa como a narrativa jornalística construiu certa imagem de ACM e o que a personagem fez no transcorrer de uma narrativa jornalística.” (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 152)

Ao analisar as personagens, deve-se ater às suas representações e em “como o narrador imprime no texto marcas com as quais pretende construir a personagem na mente dos leitores/ouvintes” (2008, p 152).

No jornalismo, as personagens têm correspondentes à vida real. No entanto, “a pessoal real é irredutível às narrativas que contam ao seu respeito” (2008, p. 153). O que o receptor sabe dessa pessoa é apenas “a *personagem* que os mídia os

oferecem” e “a mídia constrói personagens de acordo com seus critérios jornalísticos e de verossimilhança.”

Motta (2008, p. 153) cita Mesquita (2002 apud: MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 152):

Personagens do mundo do espetáculo, da política, da aristocracia e dos esportes retratados cada dia pelo jornalismo operam uma circulação permanentemente entre o mundo da identificação e o da projeção e sucintam simpatias, paixões, dores e angústias, como ocorre na arte (literatura). A personagem constitui uma construção não apenas do texto, mas igualmente uma reconstrução do receptor.

O jornalista precisa respeitar o real quando constrói uma personagem. Tanto por manter a verossimilhança, mas também por credibilidade e até mesmo questões éticas. No entanto,

a personagem jornalística constitui igualmente uma construção do seu autor na medida em que ele possui autonomia de escolha entre os elementos que lhe são propostos pelo real e na respectiva elaboração. (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, pp. 153-154)

A construção da personagem jornalística deixa de ser um reflexo do real no momento em que perpassa o subjetivo do repórter. A maneira como ele escolhe recortar e selecionar aspectos da pessoa real para construir sua personagem é uma estratégia comunicativa.

Apesar dessa subjetividade intrínseca ao narrar jornalístico, “o discurso objetivo do jornalismo (...) define-se pelo distanciamento do narrador. Ele narra como se a verdade estivesse ‘lá fora’, nos objetos mesmos, independente da intervenção do narrador” (2008, p.155). Os recursos de linguagem utilizados nos textos jornalísticos tentam apagar qualquer rastro de mediação, qualquer presença de um narrador. Ainda assim,

A presença de recursos narrativos no jornalismo está em todas as partes. Mesmo os textos mais ‘duros’ da editoria de economia, por exemplo, recorrem frequentemente a breves interregnos narrativos com a finalidade de aproximar o leitor dos episódios narrados, de tornar mais humano o texto frio. (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 155)

Entretanto, não é a presença de mais ou menos recursos narrativos que vai mostrar a narratividade da obra. “O texto é um conjunto de instruções que o leitor recria de modo ativo” (MOTTA, 2008, p. 156). Assim, é dessa posição que deve partir a análise - do receptor.

Para Motta, “a narrativa jornalística é um permanente jogo entre os efeitos do real e outros efeitos de sentido” (2008, p. 156). Ao sempre tentar buscar elos com a realidade, acaba criando efeitos catárticos. “É um permanente jogo entre as intenções do jornalista e as interpretações do receptor.”

A estratégia de construção dos efeitos do real tem por objetivo “fazer com que os leitores/ouvintes interpretem os fatos como verdades, como se os fatos estivessem falando por si mesmos” (2008, p. 156). Fixando a narrativa no presente, o jornalista oferece ao receptor “um lugar empírico desde onde se pode observar o mundo, compreender o passado e especular o futuro.

A construção dos efeitos do real se dá através de diversos recursos de linguagem, como a “afirmação radical do presente” (2008, p. 156) pela abundância de “advérbios e de expressões adverbiais de tempo e de lugar que vinculam a sucessão de eventos a uma visão de hoje, do agora, do presente, do instante” (2006, p. 157).

Por mais que não seja uma tradução do real, “o texto jornalístico tem veracidade, recorre a recursos de linguagem para parecer factual, objetivo e verdadeiro” (2008, p. 157).

As citações frequentes dão a impressão de que o autor não está dirigindo a leitura, encobrendo “muito bem a subjetividade porque o leitor supõe que elas reproduzem literalmente o que a fonte disse e quis destacar” (2008, p. 158).

A identificação sistemática de lugares, de pessoas e a datação precisa dão a ideia de uma precisão factual e verídica, também cumprindo uma função argumentativa. Para Motta, o uso de dêiticos espaço-temporais é “particularmente importante para observar a construção de referencialidade e compreender a relação comunicativa da narrativa jornalística” (2008, p. 158). O uso constante dessas ferramentas agrega um valor de confiabilidade ao leitor, que se situa no espaço-tempo na narrativa.

A criação de efeitos de sentido acontece na “reconfiguração da história operada pelo leitor”, que “reconstrói narrativamente as notícias e acontecimentos integrais, com auxílio da memória cultural” (2008, p. 160). A narrativa jornalística se utiliza de figuras e recursos que causam emoções e comovem o leitor, favorecendo uma identificação com personagens e situações.

Esses recursos da retórica jornalística aparecem nas mais diversas formas - das manchetes às charges - e das mais diferentes maneiras:

Estão nas escolhas léxicas, no uso de verbos prospectivos, verbos de sentimento, verbos negativos, verbos de conselho, de advertência, etc.; no uso de adjetivos afetivos, potenciais ou adjetivos de possessão; no uso de substantivos estigmatizados, como terroristas, radicais, pivetes, etc.; Estão nas exclamações, interrogações, comparações, ênfases, repetições e reticências, mais comuns no noticiário do que se pensa. Estão nas figuras de linguagem (metáforas, sinédoques, sinonímia, hipérboles.) Estão nas ironias e paródias, que abrem âmbitos de significação. Estão nos conteúdos implícitos, nas implicaturas de advérbios como “apenas”, “de novo”, “ainda”, comuns nas manchetes. Estão nas presunções e tantos outros recursos linguísticos e extralingüísticos que proliferam na linguagem jornalística verbal e audiovisual. (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 160)

Além dessas escolhas lexicais, também são significados de fundo que guiam e determinam a produção de uma narrativa. Eles se apresentam na contradição, na ruptura ou na transgressão a algum preceito ética, moral ou alguma lei - fatos geralmente dados com destaque.

Para Motta (2008, p. 165), “nenhuma notícia está nos jornais sem que haja uma razão ética ou moral que justifique seu relato.” Essa justificativa pode ser predominantemente ética ou moral, mas também pode conter aspectos filosóficos, políticos, religiosos, psicológicos ou ideológicos (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 165).

Esse plano de fundo geralmente fica obscurecido pelos fatos relatados. No dia-a-dia, “difícilmente os interlocutores se dão conta do significado exemplar ou fabular dos relatos noticiosos” (2008, p.165). Ainda assim, a mensagem ética ou moral está lá.

Mas nem sempre estes significados simbólicos permanecem apenas como um plano de fundo:

estimulados pela linguagem dramática do jornalismo (verbal e imagens) leitores, ouvintes e telespectadores se evadem das determinações históricas, penetram transitoriamente em universos imaginários afetivos, experimentam fugazmente o campo da intemporalidade e das indeterminações. O referencial se esvaece e pode acontecer uma fuga transitória dos receptores do mundo da vida para mundos simbólicos. (MOTTA in: LAGO e BENETTI, 2008, p. 166)

Nesses casos, ocorre uma catarses profunda, uma experiência emocional engatilhada por uma narrativa jornalística.

O pesquisador denomina essa dimensão como pré-jornalística, quando se chega no nível da cultura, “das significações profundas, do plano moral, ético e simbólico” (2008, p. 166), que geralmente ficam encobertas por descrições precisas, nomes de pessoas, lugares e horários. Esse plano de fundo são as fábulas contadas

no jornalismo diário, verdades culturais como: “o crime não compensa, a corrupção tem de ser punida, a propriedade privada precisa ser respeitada, o trabalho enobrece” etc.

3.2 EDITORIAIS

Para compreender a análise dos editoriais publicados pelo jornal O Estado de São Paulo nos primeiros 12 dias do mês de maio de 2016, além da metodologia proposta por Motta (in: LAGO e BENETTI, 2008), é necessário um aprofundamento da natureza deste gênero de opinião do jornalismo.

Segundo Beltrão (1980, p. 19), existem três categorias de opinião expressas por um periódico: a do jornalista, a do leitor e a do editor. Essa última ainda pode tomar duas formas: a da linha editorial de um jornal e a do editorial, na qual aprofundaremos.

A opinião do jornalista, para Beltrão (1980, p. 20) é “o juízo que manifesta sobre os problemas em foco e a respeito dos quais informa e comenta simultaneamente, em seções ao seu cargo e em matérias por ele firmadas.” É a subjetividade do jornalista no momento em que compõe a matéria, como vimos em Motta (in: LAGO e BENETTI, 2008), e os espaços reservados à opinião, como as colunas de opinião.

Quanto às opiniões do leitor, elas aparecem no jornal impresso quando este as publica, geralmente em seções como “cartas do leitor”, ou “nas próprias atitudes [dos leitores] que são objeto de notícia” (BELTRÃO, p. 21).

A opinião do editor é definida “como o julgamento que faz sobre o determinado problema ou questão o grupo de elite que mantém o veículo” (BELTRÃO, 1980, p. 19). O editorialista, assim, não exprime a sua opinião individual, mas a opinião da direção da empresa. A argumentação desta retórica jornalística diz respeito à defesa dos interesses dos donos do jornal.

A irresponsabilidade do redator é uma das características da natureza deste gênero (BELTRÃO, p. 53). Ao não ser assinado e ao utilizar a terceira pessoa do singular, ou a primeira do plural, a responsabilidade do conteúdo publicado se dissipa. Através de um “este jornal tem afirmado”, ou “nós afirmamos”, é dado a entender que o jornal como um todo pensa desta maneira. No entanto, não foi a opinião de todos os funcionários que foi levada em conta no momento da concepção

do texto, mas sim a de um, ou alguns poucos. Nestes casos, no caso dos editoriais, os donos são o jornal, e quem os redige o faz levando isso em consideração - ainda que, textualmente, pareça diferente.

Outro atributo apontado por Beltrão (1980, p. 53) “é a sua topicalidade”, ou seja, nas palavras do autor, “a propriedade de exprimir não só a opinião sedimentada como, sobretudo, a opinião que se está formando.” Assim, o editorial se propõe a fazer parte das discussões correntes na sociedade em determinado momento, participando das diversas disputas de narrativas e construções do imaginário sobre os acontecimentos sociais.

Bond (1962, p. 228) inclusive associa essa característica do gênero ao defini-lo como “um ensaio curto, embebido do senso de oportunidade.” Para ele, o papel do editorialista “sempre tem sido: interpretar as notícias, guiar a opinião e fazer cruzada pelas boas causas” (BOND, 1962, p. 232). A noção de disputa por valores e o entendimento do editorial como um “guia” é intrínseca ao gênero. Ao referir-se à função do editorial, Bond afirma que é “informar e orientar a opinião pública. Interpreta as notícias correntes, para o leitor, e assinala a sua significação.” (1962, p. 229).

Beltrão compartilha a visão de que o editorial tem um papel de formador e dirigente da opinião pública, considerando-o um “um agente de consciência pública” (1980, p. 52). O pesquisador brasileiro ainda defende que este gênero “há de ampliar o tom das palavras e o sentimento das idéias” (1980, p. 52), com o fim de que “firam a comunidade, levando-a a manifestar-se e agir” (1980 p. 52). Os editoriais, portanto, serviriam como um princípio teórico-ideológico para um fim prático e concreto. O editorialista cumpriria, assim, o papel de mediador da visão de mundo do seu patrão e, utilizando da retórica jornalística, disputaria pelo consenso da opinião pública para fazer com que os seus leitores tomem os meios práticos das ideias defendidas em texto. Para Beltrão, esta orientação do pensamento social deve estar orientada “para a ação na defesa do bem comum” (1980, pp. 51-52). No entanto, ao citar Melo (1975 apud; BELTRÃO, 1980, p. 22), adverte:

Editores, jornalistas profissionais, colaboradores, políticos e mesmo o próprio leitor não raro atribuem ao próprio pronunciamento a encarnação da Opinião Pública. Às vezes, estão certos; de outras confundem o juízo interessado com essa entidade misteriosa à qual se invoca e para a qual constantemente se apela ‘para justificar revoluções, movimentos democráticos, explicar golpes de Estado e até apoiar ditaduras.

Como vimos no segundo capítulo, esta “confusão” entre interesses pessoais, opinião pública e bem comum fez, “os grandes jornais de cada capital atuarem como incentivadores e árbitros” (SILVA, 2014, p. 32) na disputa de forças e narrativas que levou ao golpe midiático-civil-militar de 1964.

Através de um levantamento histórico sobre a trajetória do editor ao longo da história de imprensa no mundo, verificamos a formação desta personagem jornalística no Brasil.

No começo da história do jornalismo no País, a imprensa era dotada de “personalidades jornalísticas”, que escreviam e publicavam seus periódicos com investimento pessoal. Esse modo de fazer jornalismo reinou desde a chegada da monarquia ao começo da República. Como exemplo, havia o Correio Braziliense, fundado, escrito e editado por Hipólito José da Costa, além d’O Republicano, de Antônio Borges da Fonseca, e o Revérbero Constitucional Fluminense, de Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, entre outros.

Com a revolução industrial e novos pólos urbanos observando um aumento demográfico, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, foi criada uma nova demanda pelo consumo de notícias. Nesta virada cultural, “é das casas editoras famosas, como Cotta, Borckhaus e outras que saem os jornais antigamente produzidos em família” (BELTRÃO, 1980, p. 48).

Com a criação da imprensa de massa e grandes avanços tecnológicos no campo gráfico,

o aumento demográfico na Europa e na América produzem também jornalistas de gênio comercial, que criam outros modelos e, utilizando novos métodos e técnicas empresariais e morfológicas, inclusive os recursos à gravura e à cor, atraem à leitura do jornal grandes parcelas do público (BELTRÃO, 1980, p. 48).

Assim foram criados os jornais de grande tiragem e baixo custo, não demorando a se converterem em empresas “impessoais” e grandes consórcios, como o estadunidense New York Herald, o inglês Daily Mail, e o alemão Die Presse.

No Brasil, a mudança não tardaria em chegar. A evolução do pequeno proprietário/editor, deste para um grupo familiar e, depois, para um consórcio constituído por sociedades anônimas, foi impulsionado pelo aumento nos gastos com matéria prima, como papel e tinta, e com a instalação de novas e caríssimas impressoras. Além, claro, dos gastos com serviços, transportes e pessoas, que

também aumentavam e impossibilitavam um encargo econômico insustentável para pequenas empresas

Ao mesmo tempo, os jornais competiam com o rádio e a televisão - mídias de comunicação em massa. Isso fez com que jornais, que antes continham entre oito e 12 páginas de conteúdo especializado para uma elite, começasse a imprimir edições de quase 50 páginas por dia, podendo passar das 100 em edições dominicais.

Foi neste movimento que jornais como O Estado de São Paulo, objeto desta pesquisa, fundado ainda na monarquia “e que, em 1891, teria na sua direção a figura do Júlio de Mesquita” (BELTRÃO, 1980, p.49), que manteria o jornal na sua família até hoje, apareceram. Além dele, também apareceram o Jornal do Brasil, no Rio de Janeiro, e o Correio do Povo, em Porto Alegre, do Grupo Caldas Júnior.

O aparecimento de novas iniciativas empresariais na área jornalística seguiu o movimento. Em 1973

circulavam no País 280 diários dos quais, 30 vespertinos; 96 jornais circulavam duas ou três vezes na semana; 528 eram editados semanalmente; 102 quinzenalmente e mais 130 em outras periodicidades (BELTRÃO, 1980, p. 50).

A lógica empresarial seguia e, com ela, a da concentração dos recursos, marcada principalmente a partir da década de 1920, quando Assis Chateaubriand adquiriu O Jornal, no Rio de Janeiro, e o Diário da Noite, em São Paulo, dando início ao grupo Diários Associados. Em 1968, ano de sua morte, a organização era constituída “de 32 diários, 22 rádio-emissoras, 16 tele-emissoras, 18 revistas, uma agência de notícias, uma de publicidade e uma casa editora de livros” (BELTRÃO, 1980, p. 50).

O avanço tecnológico e as mudanças políticas e sociais que aconteceram na mudança do século XIX para o XX impulsionou um novo movimento no mercado impresso brasileiro. Para Sodré (2011, p. 6), “a nossa imprensa, no que tinha de específico, não mudou com a passagem do Império à Regência, ou do Império à República. Mudou muito, entretanto, quanto ao conteúdo, quanto ao papel desempenhado.”

Este movimento de criação de conglomerados e grandes grupos de comunicação continuou. Em 1969, foi publicado na revista Comunicações & Problemas (1969 apud; BELTRÃO, 1980, p. 50):

As grandes empresas jornalísticas estão absorvendo órgãos economicamente mais frágeis, embora alguns de grande tradição, como ocorre em São Paulo, quando o grupo das Folhas incorporou desde a

veneranda A Gazeta até jornais políticos como Última Hora e sensacionalistas como Notícias Populares.

A mídia hegemônica brasileira funciona, desde a origem da formação de grandes empresas e conglomerados, dentro da lógica capitalista de produção e acúmulo. Ao longo da história do País, seus interesses estiveram alinhados aos interesses do capital estrangeiro, principalmente em momentos de rupturas institucionais (LARANGEIRA, 2004). Assim, a opinião expressa por seus editoriais acaba sendo o reflexo dessa visão de mundo - muitas vezes de caráter conservador e reacionário.

Ao compreender a análise de editoriais, Beltrão propõe classificações morfológicas, topológicas, de conteúdo, de natureza e estilo.

Quanto à morfologia, há três classificações: o artigo de fundo, o *suelto* e a nota. O artigo de fundo é o que “transmite a manifestação clara da linha ideológica do jornal” (BELTRÃO, 1980, p. 55). Para o autor, esta categoria de caracteriza por “criar um estado de opinião”, propor uma conduta coletiva, apoiar ou não determinações políticas etc. O *suelto* é um comentário sobre um fato da atualidade. Para Beltrão (1980, p. 56), “seu fim é explicativo, esclarecedor, interpretativo. (...) O *suelto* dá o significado vital que, para o homem, têm os acontecimentos.” Para o autor, a maior diferença entre essas duas categorias está no tratamento quanto ao assunto: enquanto o artigo de fundo trata de ideias, ideologias e propor uma visão macro do mundo, o *suelto* procura ilustrar com situações micro. A nota, enfim, “é um apontamento” (BELTRÃO, 1980, p. 56), como um aviso, um lembrete de um acontecimento.

Beltrão (1980) também identifica três categorias quanto ao tipo de conteúdo que um editorial pode conter: O informativo, o normativo e o ilustrativo. Como os nomes já dão a entender, o informativo esclarece o leitor sobre fatos, podendo botar à luz aspectos que não foram percebidos. O normativo tenta “convencer o leitor a atuar em determinado sentido” (BELTRÃO, 1980, p. 57), provido de argumentos “lógicos e incitadores.” O ilustrativo serve para dar novas referências e instruções ao leitor através de “questões e facetas menos comuns da vida e do cotidiano” (BELTRÃO, 1980, p. 57).

Quanto ao estilo, há o intelectual, que leva ao leitor argumentos racionais “por meio de premissas silogismos e conclusões” (BELTRÃO, 1980, pp. 57-58), e o

emocional, que apela para argumentos que despertem emoções na tentativa de comover o leitor.

A última classificação diz respeito à natureza do editorial, podendo ser promocional, circunstancial e polêmico. A primeira categoria é aplicada aos editoriais que acompanham e fazem apontamentos regulares sobre eventos e ideias do cotidiano, “tomando uma posição definida para analisá-los e explicá-los dentro da política editorial traçada, tendo em vista convencer a comunidade e levá-la à ação” (BELTRÃO, 1980, p. 50). A segunda categoria, circunstancial, aparece com menos frequência, quando há vontade de salientar algum acontecimento. Por fim, o editorial polêmico é o “eminentemente doutrinário”. Segundo Aron (1949 apud: BELTRÃO, 1980, p. 58), é o “que tem por fim oferecer argumentos ao fiel do partido, convencê-lo de que tem razão, reforçar suas convicções e enfraquecer o adversário.”

Apesar de separadas, todas essas classificações podem aparecer nos editoriais de um mesmo jornal, até mesmo em uma única edição, não sendo, assim, excludentes. Por natureza, os editoriais são ferramentas de doutrinação de algum tipo - elas existem para convencer seu leitor de alguma opinião sobre algum fato ou ideia. Algumas categorias, como vimos acima, deixam este fato mais exposto.

4 ANÁLISE

O quarto capítulo desta pesquisa compreende a análise dos editoriais publicados pelo diário O Estado de São Paulo entre os dias 1 e 12 de maio de 2016, o dia em que o Senado brasileiro aprovou o parecer de abertura do processo de impedimento da presidente Dilma Rousseff, à exceção do dia 11, não encontrada em nossa busca.

Após termos nos apropriado e o aprofundado o entendimento do que constitui uma “placenta do golpe” (KIELING e ROPERO, no prelo) e das características e natureza do gênero de opinião jornalística dos editoriais (BELTRÃO, 1980), utilizaremos da metodologia de análise crítica proposta por Motta (2008), vista no último capítulo, para responder ao problema central desta monografia: é possível identificar características do conceito “placenta do golpe” no editoriais do jornal O Estado de São Paulo no período prévio à abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff em 2016?

Começaremos esta análise recompondo a intriga a partir dos episódios coletados, formando um acontecimento jornalístico único (MOTTA, 2008, pp. 145-147) com início, meio e fim.

A partir dessa síntese, analisaremos as estratégias comunicativas a partir do uso das ferramentas linguísticas de produção de efeitos do real e do poético identificados na intriga, identificando a construção das personagens e dos conflitos e a funcionalidade dos episódios.

Em um último momento, apontaremos, dentro da análise, características da narrativa que mostrem a participação do diário O Estado de São Paulo na criação de um ambiente favorável à ruptura institucional - ou seja, na gestação de uma placenta do golpe no período que levou à abertura do processo de impedimento de Dilma Rousseff, em 2016.

4.1 RECOMPOSIÇÃO DA INTRIGA

No primeiro dia de maio de 2016, o diário O Estado de São Paulo apresenta uma visão polarizada entre “os petistas”, personalizados principalmente por Dilma Rousseff - personagem constante em todo recorte desta pesquisa - e pelo presidente Lula, vs. “a população brasileira”. Esta visão de opostos já era constatada no Brasil desde 2013 (PLAYERS e BRINGEL, 2015), e seguiu sendo observada,

especialmente no âmbito da internet e das redes sociais, com ênfase na disputa presidencial de 2014, e, ao que tange esta monografia, o processo de impedimento ocorrido em 2016, como pode-se observar nos trabalhos de Dufloth e Saldanha (2019) e Drummond, Rizzotto, Antonelli, e Ferracioli (2018).

Já em seu primeiro parágrafo, o editorial apresenta um cenário em que a saída do governo petista era certa, ainda que faltassem 12 dias para a votação, pelo Senado federal, do afastamento de Dilma do seu cargo. O governo Dilma estaria, então, boicotando o próximo governo com obstrução de informações em uma tentativa de enfraquecê-lo:

Com sabotagem da administração pública, Dilma e os petistas pretendem registrar seu protesto contra o “golpe” de que se consideram vítimas e dificultar o trabalho dos novos e “legítimos” responsáveis pela administração federal. Mas estarão prejudicando, na verdade, aqueles para quem o governo deve trabalhar: os cidadãos brasileiros. (ESGARES DA INTOLERÂNCIA, 2016)

O jornal também faz alusão uma suposta “ação de guerrilha já em curso”, referindo-se a um protesto realizado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), que paralisou 13 avenidas e rodovias da Grande São Paulo no dia 28 de abril daquele ano. No mesmo parágrafo, é afirmado que “CUT, MST e UNE, entre outras entidades que gravitam na órbita do PT, planejam a execução contínua de ações semelhantes”. A associação de “ações de guerrilha” à estes grupos políticos, e a reivindicação de suas ligações ao Partido dos Trabalhadores (PT), criam uma noção de que estaria em curso um movimento revolucionário no País.

Em 2016, o Brasil vivia uma crescente crise econômica que era um reflexo tardio da crise imobiliária de 2008, que atingiu as principais economias de todo o mundo, especialmente os Estados Unidos. Praticamente todo o editorial Inépcia, déficit e recessão (2016) foi utilizado para ilustrar o tamanho da crise que atingia o País. Com abundante uso de palavras como “rombo” e “buraco”, dados do Banco Central, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) Contínua, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostravam um déficit registrado “pela primeira vez desde o começo da série, em 2001”, além do aumento no número de desempregados, que superava os 10% da força de trabalho nacional.

Para o jornal, a culpa destes números residiria em orçamentos demasiadamente rígidos, com um “excesso de despesas obrigatórias” ignorado pelo

governo federal, que estaria “comprometido com bandeiras populistas e eleitoreiras”. Assim, segue o editorial, “as pedaladas fiscais, tema central do processo de impeachment, decorreram dessa incapacidade de cuidar com responsabilidade e prudência das finanças públicas.”

A retórica que defende a atuação de Dilma e Lula, como personagens, e o petismo e “lulismo” como movimentos, culpados por todas as crises em detrimento da população brasileira segue ao longo da narrativa. Há momentos, no entanto, que a associação dessas personagens ultrapassa a crítica ideológica e se converte em um argumento *ad hominem*, como na publicação impressa no dia 3 de maio em 2016.

Intitulado O País que se dane (2016), o texto opina sobre o discurso proferido por Dilma em um comício organizado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) no dia 1 de maio, em São Paulo, em comemoração ao Dia dos Trabalhadores. Em referência à fala da presidente de que sua oposição seria a verdadeira responsável pela crise brasileira, o jornal diz que seria “o caso de se pensar se já não é mais questão de mero impeachment, mas de auxílio terapêutico.” Para O Estado de São Paulo não havia dúvidas de que a chefe de Estado estava fora de suas faculdades mentais. O mesmo editorial ainda apela ao absurdo ao afirmar que circulava em Brasília que “Dilma estaria cogitando receber a comunicação oficial do afastamento literalmente acorrentada a sua cadeira presidencial.”

Apesar de ser uma personagem constante nos episódios que compõem a intriga, a certeza do afastamento de Dilma Rousseff faz com que o foco dos editoriais seja deslocado de tentativas de difamação para os movimentos políticos em torno da formação do novo governo.

A publicação de um programa político divulgado pelo PSDB com condições imperativas para a sua participação com um governo PMDBista é considerada uma “tão extensa quanto inexequível” lista de requerimentos. Comparando-a com o projeto “50 anos em 5” de Juscelino Kubitschek, apelidaram-na de “50 anos em 2.” O jornal, no entanto, considera que esses requerimentos “são exatamente aqueles defendidos pela maioria absoluta dos brasileiros razoavelmente bem informados.” O Estado de São Paulo entende a publicação desse documento como uma jogada política. Uma “porta de saída” de uma associação com o próximo governo caso falhe. As críticas, ainda que mais reservadas quando em comparação às proferidas

aos petistas, são destinadas ao então vice-presidente Michel Temer e ao Congresso Nacional.

“A cara do novo governo” (2016), publicada no dia 5 de maio, mostra a disputa entre o Temer e o congresso na batalha por cargos ministeriais e a formação de um próximo governo. Em uma derrota do vice, que não poderia diminuir o número de ministérios como pretendia “por causa da irresistível demanda dos politikeiros por cargos” é exposta a insatisfação do editorialista quanto a maneira que os partidos políticos brasileiros agiriam, uma vez que “não estão nem um pouco interessados na resolução rápida dos graves problemas nacionais, e sim na satisfação de seus objetivos paroquiais.” A culpa, no entanto, não seria desses políticos, ou de um sistema que privilegia negociações entre poderia, mas sim dessa “picaretagem política, alimentada com denodo pelo lulopetismo na última década e meia.” O dever maior de Michel Temer seria livrar o País deste mal.

O clima político já estava bastante tumultuado naquela semana quando o ministro do Supremo Tribunal Federal Teori Zavascki suspendeu o mandato do deputado federal Eduardo Cunha, que presidiu o Legislativo quando o projeto de afastamento do Dilma Rousseff foi aprovado e mandado para o Senado. As farpas d’O Estado de São Paulo se viraram à Cunha. O jornal o definiu como um “político que nunca fez outra coisa senão usar seu profundo conhecimento do Regimento da Câmara e seu poder institucional para auferir ganhos pessoais,” mesmo tendo sido ele o orquestrador da sessão plenária que contou com falas e discursos que ecoariam na política brasileira anos depois.

Ironicamente, segundo o editorial, “nunca é desejável, por melhores que sejam as intenções, que um Poder da República interfira em outro”, que seguiria com uma citação da defesa de Teori: “Em situações de excepcionalidade, em que existam indícios concretos a demonstrar riscos de quebra da respeitabilidade das instituições, é papel do STF atuar para cessá-los.” Essa situação de excepcionalidade seria a abertura do processo de afastamento da presidente que, ao que tudo indica, para o jornal, era uma interferência entre os Poderes mais justificável.

O medo da permanência de Eduardo Cunha naquela posição residia na linha sucessória da presidência. O deputado, que “tem contra si um sem-número de acusações de corrupção”, seria o primeiro a ocupar a presidência na ausência de Temer. Era uma tentativa de “resgatar a dignidade da Câmara e o respeito à lei se

sobrepôs ao risco institucional que a interferência de um Poder sobre outro acarreta.”

Naquele mesmo dia, a Comissão Especial do Impeachment do Senado aprovou, por 15 votos a 5, o parecer que defendia a admissibilidade do pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff. O editorial O populismo no banco dos réus (2016) não poupa elogios ao senador Antonio Anastasia, autor do “competente” parecer, que “não se limita a fazer uma detalhada análise da questão” e que “tampouco se esgota na acurada argumentação” que refuta a hipótese de que o processo se trataria, na verdade de um golpe. Palavra sempre aparece escrita entre aspas. Enfim, o “amplo e minucioso trabalho” seria “uma vigorosa denúncia do desprezo pelas normas fiscais que procuram garantir o necessário equilíbrio das contas públicas.” A culpa deste desequilíbrio estava nas mãos de Lula e PT, “adeptos da ganância descontrolada”. Para O Estado de São Paulo, esta conduta é comprovada pelos votos petistas contra a aprovação Lei de Responsabilidade Fiscal no congresso, em 2000. Esta irresponsabilidade “política e fiscal de uma chefe de governo autoritária e convencida de que a promoção dos ‘interesses populares’ está acima da lei” é o motivos, naquele entendimento, que levou Dilma a ter seu cargo afastado.

Ao mesmo tempo em que as disputas pelo Palácio da Alvorada pareciam certas, não era o mesmo ânimo que prevalecia quando os olhares se voltavam aos movimentos no Palácio do Jaburu. Chamou a atenção do jornal a presença de diversos deputados próximos de Eduardo Cunha na residência oficial do vice-presidente justamente no dia em que aquele era afastado do seu cargo. Indaga:

Perguntaram-se todos os brasileiros de bem: que fazia ali, na casa de Temer, a turma dos que se empenharam, nos últimos meses, em procrastinar o andamento do processo contra Cunha e fazer da Câmara uma ‘comuna de intocáveis. (VEXAME NA CASA DE TEMER, 2016)

Ao dedicar outro texto ao futuro líder do executivo, O Estado de São Paulo volta a temer sobre o “toma lá dá cá.” Não que não considere compreensível o diálogo do já considerado futuro presidente com políticos de outros grupos dentro do Parlamento “na árdua tarefa de montar uma confortável maioria no Congresso”, mas qualquer semelhança com “a trevosa passagem do PT pelo governo” lhe causa apreensão.

E é nesse movimento que o jornal se volta para a última instância que pode barrar a saída do PT do governo: o Senado. Com a votação da admissibilidade do parecer de afastamento de Dilma marcado para o dia 11 de maio na Câmara Alta, o editorial publicado no dia 9 equipara o senador Renan Calheiros, presidente da casa, à Eduardo Cunha, considerando como “medida essencial” para “reescrever a triste história do populismo ancorado na corrupção” o seu afastamento.

Definindo Calheiros como “político profissional”, defende que o “mesmíssimo argumento” de Teori Zavascki no processo que afastou Cunha serviria ao senador. A diferença é que ele não seria réu em nenhum processo. A semelhança? Sede pelo poder a qualquer custo. O Estado de São Paulo os considera iguais exemplos “da vergonhosa subversão de valores que impera hoje na política brasileira, em grande parte estimulada pelo nefasto populismo lulopetista.” O afastamento do presidente do Parlamento seria um trabalho de cópia e cola do processo que cassou Cunha, apenas “com o cuidado de trocar os nomes.” Qualquer pessoa que poderia servir de entrave no afastamento de Dilma, ainda que improvável, deveria também ser afastado.

Na véspera da sessão do Senado que iria decidir o futuro do governo de Dilma Rousseff, a página três do diário paulista, dedicada exclusivamente à opinião, ornava uma manchete que, apesar de curta, sintetizava o sentimento expresso nas palavras que seguiam: Só faltava essa (2016). Waldir Maranhão, que ocupava o cargo de presidente interino da Câmara dos Deputados após a saída de Eduardo Cunha, havia tentado anular a sessão da casa que aprovou a admissibilidade do processo de impedimento. Maranhão, para o editorialista, não era mais um satélite ao redor de Cunha. Quando este foi afastado, começou a circular na órbita de Dilma e do governador do estado do Maranhão, Flávio Dino, aliado ao PT. Para o jornal, o deputado não passava de um fantoche “conhecido entre seus pares por sua insignificância política e intelectual”, usado pela ala governista para transformar “o Congresso Nacional numa companhia burlesca.”

A anulação de Maranhão acabou não prevalecendo graças a Renan Calheiros - o mesmo que o editorial do dia anterior defendia o afastamento - que não acolheu ao pedido. Mas a conformação não viria sem algum tipo promoção da ferrenha política de deslegitimação da, ainda, presidente. Publicaram: “Dilma já teve a chance de fazer o que era melhor para o País – renunciar –, mas escolheu o caminho da infâmia (...)

A petista agora passou de todos os limites – pois não se pode dissociar o nefasto comportamento de seus sequazes do exemplo, e das ordens, que vem de cima –, assegurando de vez seu lugar na história como a presidente mais irresponsável que o País já teve. (SÓ FALTAVA ESSA, 2016)

A sessão do dia 11 de maio de 2016, que votou o parecer da Comissão de Impedimento, começou às 10h da manhã. No total, 71 senadores discursaram. Por 55 votos a 22, foi aprovado o parecer que defendia o afastamento de Dilma Vana Rousseff por até 180 dias, e era oficialmente instaurado o processo de impedimento da presidente. A sessão durou 22h, terminando na manhã do dia 12. Naquele mesmo dia, foi publicado o editorial Retorno à irrelevância (2016), um breve resumo do que consideram a trajetória de Rousseff.

O mesmo jornal que, dias antes, havia posto em dúvida a sanidade mental da presidente, agora defende a sua incapacidade como política. Nas primeiras linhas, escreve: “sem nenhuma qualidade que a credenciasse para tão relevante função pública, ela não teria subido a rampa do Palácio do Planalto, há cinco anos, se não fosse pela vontade do capo petista Luiz Inácio Lula da Silva.” Com uma fixação por Lula e um desprezo em Dilma, a tônica segue: “Lula criou Dilma do nada e empenhou seu capital político para conduzi-la ao cargo mais alto da administração do País”, e mais: “é na descomunal vaidade de Lula que se deve procurar a origem da profunda crise que o País ora enfrenta.”

A mesma retórica de polarização entre petismo vs. população brasileira é observada. Ainda no primeiro parágrafo, bravejam “foi em reação a essa irresponsabilidade que o País se levantou, em apoio ao impeachment de Dilma e em repúdio a Lula.” A presidente é, para eles, uma mera extensão de Lula. Assim tão o é, que no dia em que Dilma é afastada, o resumo da trajetória começa em 2002, com a primeira vitória de Luis Inácio em uma eleição presidencial.

Segundo o jornal, Dilma apareceria como uma segunda opção, alguém que o “chefão do PT” poderia moldar e manipular após a ideia de que uma terceira reeleição fosse descartada. Segundo O Estado de São Paulo, o plano era botar alguém “desconhecido o bastante para que pudesse controlá-lo, e, uma vez eleito, esse dublê se limitaria a guardar lugar para a volta triunfal de Lula em 2014.” No fim, “humilhando publicamente sua criatura” - reduzindo Dilma, agora, a um animal - ela concorreu à reeleição. O problema nos planos do líder petista, nesta linha de raciocínio, foi que “a criatura resolveu pensar por conta própria.” A presidente do

país, agora, é considerada nada mais que um animal. Rebaixada a um ser sem consciência e incapaz de agir por si mesma. O editorial segue:

A desconjuntada mandatária começou assim a assombrar o País, tomando decisões baseadas em suas convicções pré-históricas, de linhagem stalinista enxertada com brizolismo, que arruinaram os frágeis avanços das classes mais baixas e atrasaram em ao menos uma década o desenvolvimento brasileiro. (RETORNO À IRRELEVÂNCIA, 2016)

No momento em que Dilma começou a governar, para o jornal, foi o momento em que sua queda “era questão de tempo.” Ela só seria importante, protagonista e merecedora de ser citada como a culpada por arruinar o País. Mas mesmo aí o seu protagonismo é relativizado: o culpado mesmo é Lula por tê-la posto neste lugar. Ele, que, segundo o editorial, ainda nutre vontade de voltar ao Palácio da Alvorada. Para O Estado de São Paulo, “isso, definitivamente, o País não merece.”

4.2 ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS

Fica claro ao leitor que, desde o começo da intriga, o objetivo central do jornal O Estado de São Paulo é construir um imaginário a favor da abertura do processo de impedimento da presidente. Como observado por Marques, Montalverne e Mitozo (2018), em uma análise quanti-qualitativa de editoriais publicados pelos jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, “os dois jornais constroem, de forma sincronizada com o desenvolvimento do processo de impeachment nas esferas institucionais, a ideia de legitimidade do afastamento de Dilma.” Em alguns momentos, essa legitimação faz uso de argumentos que fogem do debate ideológico suportado por fatos concretos, apelando ao uso de falácias, como visto no editorial publicado no dia 3 de maio, em que é utilizado um argumento *ad hominem* para atacar Dilma Rousseff. Nota-se que, durante as comemorações do “1.º de Maio, a presidente Dilma Rousseff mostrou-se capaz de, nos estertores de seu catastrófico mandato, transpor a barreira do ridículo para se perder nas brumas da falta de juízo”, é utilizado um dêitico que localiza o leitor no tempo, que serve como uma ferramenta linguística de credibilidade e segurança quanto a veracidade do relatado, junto à afirmação que indica uma falta de juízo da presidente.

O uso de dêiticos espaço-temporais, comuns na retórica jornalística, naturalmente estão presentes em todos os episódios analisados nesta pesquisa. Entretanto, os editoriais também utilizam de outras ferramentas linguísticas para a produção de efeitos do real. Uma delas é a reivindicação da credibilidade do jornal

no compromisso com a informação em frases do tipo “como apurou o Estado”, que aparece nos editoriais Esgares da intolerância (2016), O populismo no banco dos réus (2016) e Vexame na casa de Temer (2016). Em um momento, O Estado de São Paulo chega até mesmo a citar outro jornal, como o caso em A cara do novo governo (2016), ao falar sobre a falha de Michel Temer em diminuir significativamente o número de ministérios em um eventual futuro governo.

Chama a atenção a produção de efeitos do real no editorial Inépcia, déficit e recessão (2016), publicado no dia 2 de maio. Dos sete parágrafos que compõem o texto, apenas dois não trazem números e porcentagens de instituições de pesquisa sobre a economia e desemprego no País, indicando um empenho em criar a noção de um comprometimento com a realidade concreta, como se não houvesse qualquer nível de subjetividade na leitura destes dados. É o exemplo ideal de como a justaposição de mecanismos de produção de efeitos do real serve para validar as mensagens contidas nas ferramentas linguísticas dedicadas a produzir efeitos poéticos. Soltos entre cinco parágrafos que reforçam a ideia de veracidade daquele texto, os dois parágrafos restantes expõe a verdadeira opinião do jornal, de forma a convencer o leitor de que aquela leitura não é uma mera opinião, mas o resultado lógico obtido após a exposição dos dados.

O primeiro parágrafo diz:

O orçamento brasileiro é muito rígido, com excesso de despesas obrigatórias, e além disso o governo federal, comprometido com bandeiras populistas e eleitoreiras, normalmente hesita em cortar os gastos e em racionalizar seus programas. As pedaladas fiscais, tema central do processo de impeachment, decorreram dessa incapacidade de cuidar com responsabilidade e prudência das finanças públicas. (INÉPCIA, DÉFICIT E RECESSÃO, 2016)

Como mostrou Beltrão (1980), os editoriais servem como uma ferramenta de influência da opinião pública pelos donos dos jornais, alinhados com a elite financeira e o capital internacional (LARANJEIRA, 2014), na defesa de seus interesses. Este parágrafo começa mostrando uma saída liberal, de enxutamento do Estado, como uma necessidade imperativa e única, culpabilizando programas de amparo social pela crise brasileira. Depois, a pauta própria: a incapacidade de Dilma em evitar tal conjuntura só poderia levá-la a um caminho, o do impedimento.

O outro parágrafo segue a narrativa:

Não há indícios de melhora. Um novo governo poderá, com medidas duras, diminuir o desastre esperado para o ano. Mas a estabilização será

complicada e a contenção do endividamento dependerá da confiança dos empresários e da retomada do crescimento. (INÉPCIA, DÉFICIT E RECESSÃO, 2016)

O editorial não apresenta outra saída e ainda dá a entender que não há luz no fim deste túnel. Dependendo da confiança e boa vontade de terceiros - os empresários - para uma “retomada do crescimento”.

Essa noção de saída única da crise através da retirada de Dilma sem deixar qualquer rastro de uma política com viés de esquerda no Poder é uma das quatro subjetivações produzidas pelos efeitos poéticos identificados no corpus desta pesquisa usados na tentativa de legitimar a abertura do processo impedimento. As outras são as noções de uma divisão de País entre os petistas e a população brasileira, a deslegitimação de qualquer personagem ou movimento ligado ao petismo e a reiterada incompetência e irresponsabilidade da presidente.

A divisão do país entre o petismo está expressa desde o primeiro parágrafo do primeiro editorial analisado, onde se encontra o trecho:

Com sabotagem da administração pública, Dilma e os petistas pretendem registrar seu protesto contra o “golpe” de que se consideram vítimas e dificultar o trabalho dos novos e “ilegítimos” responsáveis pela administração federal. Mas estarão prejudicando, na verdade, aqueles para quem o governo deve trabalhar: os cidadãos brasileiros. (ESGARES DA INTOLERÂNCIA, 2016)

“Dilma e os petistas” pertencem, no entendimento do jornal O Estado São Paulo, de um lado oposto no jogo político em reação aos cidadãos brasileiros, a quem estariam ativamente prejudicando ao tentar barrar e denunciar como golpe os movimentos que terminariam por tirá-los do Poder. O uso irônico das aspas reforça esta ideia, primeiro dando um sentido de que uso dado a dessas palavras não correspondem aos seus sentidos literais, mas também deixando claro de que provém de discursos que não o do autor. Este uso das aspas volta a aparecer nos editoriais publicados nos dias 3, 6, e 7. A noção de uma separação entre os polos petistas vs. população brasileira, apesar de estar subentendida ao longo da intriga, é explícita, além do primeiro episódio, nos que foram publicados nos dias 7, 8 e 10.

A reiterada incompetência e irresponsabilidade da presidente é uma noção presente praticamente em todas as vezes em que Dilma é citada. Tal qual a deslegitimação de qualquer personagem ou movimento ligado ao petismo, a presidente é apresentada como a causa de todos os males que assolavam o País à época. Diferente das outras personagens, que em sua maioria como partes

secundárias, Dilma teve um total de cinco editoriais em que aparece no foco da discussão. Se considerarmos todos os episódios em que é citada, Rousseff é uma personagem constante em todos os editoriais coletados nesta pesquisa.

A abordagem do editorialista na construção desta personagem fica explícita no editorial Retorno à irrelevância (2016), publicado no dia em que foi aprovada a admissibilidade do relatório que defendia o seu afastamento pelo Senado. Como vimos no item 4.1, Dilma é retratada como uma incapaz, animalizada à extensão de Lula. O editorial que se dedica a retratar sua trajetória reconhece como seu único feito a “destruição” do Brasil.

A construção do personagem da presidente é refletida na construção de todos personagens alinhados ao petismo, pertencentes ou não ao Partido dos Trabalhadores. Waldir Maranhão, do Partido Progressista, sigla que possui uma trajetória conservadora alinhada à direita, fazia parte da coligação do governo à época. Quando o deputado federal assumiu a presidência do Congresso após a cassação de Eduardo Cunha, tentou, junto a Flávio Dino, governador do estado do Maranhão, filiado ao Partido Comunista do Brasil, anular a sessão daquela Casa que deu continuidade ao processo que tiraria Dilma do Poder. Ao tomar medidas que beneficiariam Dilma, O Estado de São Paulo voltou seu verbo ao deputado, a quem considera “apenas um satélite”, afirmando que Waldir é “conhecido entre seus pares por sua insignificância política e intelectual” no editorial “Só faltava essa” (2016), último episódio publicado antes da votação no Senado.

Assim, observamos que os episódios servem à uma funcionalidade clara e de acordo com o objetivo exposto pelo jornal O Estado de São Paulo em seus editoriais: a legitimação do processo de impedimento. Um olhar mais de perto, no entanto, nos permite ver outras funcionalidades a que os episódios cumprem com zelo.

Nos editoriais em que Dilma é apresentada como personagem principal, vê-se que a função daquele episódio é a construção de uma imagem de uma líder incapaz de ocupar do cargo que ocupa. Mas a presidente, como é expresso nos próprios editoriais, não passa de uma mera extensão de Lula. Mesmo aparecendo como um personagem secundário, os episódios também cumprem a função de atacar o ex-presidente e todos indivíduos que estejam associados à ele, botando-os dentro de movimentos políticos que chama de lulismo e, o que talvez seja um poucos mais abrangente, ainda que não tenha sido deixado claro a diferença, o petismo.

Os episódios ainda se empenham a descrever um País que, se ainda não estava em completo colapso, estava perigosamente perto disso. Tanto pelas crises econômica e social, como pela divisão da sociedade. Essa separação entre cidadãos de bem e petistas corruptos é compreendida pelo editorialista como uma um plano de dominação da esfera estatal pelo Partido dos Trabalhadores através, principalmente, de práticas de corrupção generalizadas, mas também pela subversão dos valores morais destes cidadãos de bem.

Até mesmo nos editoriais que têm Michel Temer e a construção de um eventual novo governo como temas centrais acabam, de uma maneira ou outra, resgatando a ideia de que os valores dos País foram destruídos pelos petistas ao longo de quase uma década e meia. Em A cara do novo governo (2016), ao retratar as disputas de deputados federais por cargos ministeriais, o jornal deixa claro que o trabalho de Temer na mudança de governo é acabar com qualquer registro dos governos que guiaram o país nos últimos anos, visto que “a picaretagem política, alimentada com denodo pelo lulopetismo na última década e meia, não pode ser encarada como um fado.”

4.3 PLACENTA DO IMPEDIMENTO

A partir da discussão e do aprofundamento no entendimento de quais fatores corroboraram na criação de uma placenta do golpe (KIELING; ROPERO, no prelo) que culminou no golpe militar de 1964, realizada ao longo do segundo capítulo desta pesquisa, fomos capazes de destacar seis pontos suficientemente genéricos (DETIENNE, 2004) que nos permitem comparar estes dois processos de rupturas institucionais que aconteceram no Brasil ao longo de 50 anos. Como expostos no item 2.3. desta monografia, estes pontos são: a defesa das instituições democráticas frente ao perigo autoritarista; associação ao comunismo; clamor popular; discurso de defesa da Constituição; criação de um imaginário de isolamento político; e, por último, falácia de argumento ao homem.

Com a reconstituição da intriga dos episódios e a identificação das estratégias comunicativas empregadas, fomos capazes de encontrar reproduções de todos os seis pontos que constituíram a placenta do golpe em 1964 nos editoriais publicados pelo diário O Estado de São Paulo entre os dias 1 e 12 de maio de 2016.

4.3.1 Defesa das instituições democráticas frente ao perigo autoritarista

São dois os editoriais que expressam abertamente a opinião do jornal O Estado de São Paulo de que os governos petistas, representados por Lula e Dilma, são governos de caráter autoritarista. O primeiro (ESGARES DA INTOLERÂNCIA, 2016) diz:

Só a intolerância com “eles” poderá salvar o Brasil – é a palavra de ordem que desmascara a vocação autoritária de Lula e seus bajuladores e promete levar às ruas não a saudável manifestação do contraditório democrático, mas o rancor rançoso do fundamentalismo populista.

Apesar de não defender, neste parágrafo, uma solução à esse movimento “fundamentalista”, deixa clara a oposição entre “nós” e “eles”, apresentando uma oposição entre Lula e a “saudável manifestação do contraditório democrático”, que estaria representado pelo jornal através da manifestação antagônica dos seus valores “democráticos”.

A defesa desses valores supostamente defendidos pelo diário aparecem no editorial O populismo no banco dos réus (2016) ao associar o impeachment como a solução dos males causados pela “irresponsabilidade, política e fiscal, de uma chefe de governo autoritária.” O parágrafo completo enuncia:

Pois foi exatamente a irresponsabilidade, política e fiscal, de uma chefe de governo autoritária e convencida de que a promoção dos “interesses populares” está acima da lei – ou seja, de que os fins justificam os meios –, que resultou nas ilicitudes que embasam o pedido de seu impeachment: as “pedaladas” com as quais tentou maquiagem as contas do governo e a edição de decretos de liberação de recursos sem autorização prévia do Congresso.

Fica clara a opinião de que O Estado de São Paulo compreende a abertura do processo de impedimento contra Dilma a batalha que poderá dar fim a um governo autoritário que, com a desculpa de agir em prol de interesses populares, tenta burlar a lei a favor de si.

4.3.2 Associação comunista

A associação a um perigo comunista aparece nas páginas editoriais do jornal logo no dia 1 de maio. Ao considerar que o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento Sem-Terra (MST) e a União Nacional do Estudantes (UNE) estariam planejando “a execução contínua de ações” de guerrilha contra a população brasileira, O Estado de São Paulo implica a existência de um movimento revolucionário organizado por diversos grupos políticos pela tomada de Poder. Em um tom de terror, o parágrafo completo diz:

Na manhã de quinta-feira – e este é apenas um exemplo da ação de guerrilha já em curso –, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) promoveu a paralisação do trânsito em pelo menos 13 avenidas e rodovias da Grande São Paulo, com o objetivo, segundo nota divulgada, de “denunciar o golpe em curso no País e defender os direitos sociais, que serão ameaçados pela agenda de retrocessos apresentada por Michel Temer caso assumira a Presidência”. Em tom ameaçador, acrescenta a nota: “Não aceitaremos golpe. Nem nenhum direito a menos. Vai ter luta e resistência popular”. CUT, MST e UNE, entre outras entidades que gravitam na órbita do PT, planejam a execução contínua de ações semelhantes. É óbvio que a maior prejudicada de imediato por essas ações de verdadeiro terrorismo urbano é a população, cuja mobilidade fica gravemente comprometida. Mas, em nome de uma “causa popular”, para os “defensores da democracia”, quanto pior, melhor. (ESGARES DA INTOLERÂNCIA, 2016)

Ao afirmar que “a maior prejudicada de imediato por essas ações de verdadeiro terrorismo urbano é a população”, o editorial recorre mais uma vez à ideia de separação entre “nós” e “eles”, sendo o primeiro a população brasileira e, o segundo, os movimentos sociais ligados ao PT, promovedores de “ações de verdadeiro terrorismo urbano” - como eram chamadas as ações dos grupos de resistência à ditadura militar de 1964 pela grande mídia brasileira.

4.3.3 Clamor popular

A primeira menção de apoio popular como argumento à retirada do governo Dilma do Poder aparece no editorial Malícia ou civismo (2016), publicado no dia 4 de maio, e faz referência ao programa publicado pelo PSDB que define diretrizes que o eventual governo Temer deveria seguir para ter o apoio daquele partido. O Estado de São Paulo considera que “os pontos apresentados pelo PSDB são exatamente aqueles defendidos pela maioria absoluta dos brasileiros razoavelmente bem informados”, uma lista de medidas de enxutamento do Estado em um plano neoliberal de governo.

No dia 7, o editorial intitulado O populismo no banco dos réus (2016) celebra a aprovação pela Comissão Especial do Impeachment do Senado do parecer que defende a admissibilidade do pedido de impedimento da presidente Dilma Rousseff. Entre elogios ao Senador Antonio Anastasia, que assina o documento, e exposição dos argumentos, recorre mais uma vez à população brasileira para sustentar a decisão ao publicar que há “razão política suficiente, portanto, para que a ampla maioria dos brasileiros já tenha condenado Dilma Rousseff e esteja pedindo seu afastamento do governo.”

Mas é apenas no dia seguinte, ao levar ao papel o editorial Vexame na casa de Temer (2016), que faz menção às manifestações protagonizadas por setores conservadores da sociedade brasileira a favor do afastamento de Dilma. O texto traz:

É importante que Temer tenha em mente que o Brasil já decidiu, nas gigantescas manifestações contra o desgoverno corrupto do PT, que não quer esse modelo de País – que enriquece os ladravazes, pune os cidadãos de bem e condena a coletividade ao atraso.

Da mesma maneira como foi apresentada a Marcha por Deus Pela Liberdade nos jornais da mídia hegemônica brasileira em 1964 contra João Goulart, O Estado de São Paulo apresenta a vontade popular como uma unidade contra o governo Dilma. Repetindo, também, as práticas do século passado, omitem dados sobre as manifestações que se posicionam em defesa do governo. Quando aparecem, como vimos no item acima, é para denunciar um suposto movimento comunista.

4.3.4 Discurso em defesa da Constituição

A defesa da Constituição se apresenta nos editoriais do jornal como o embasamento jurídico-político para a admissão do afastamento de Dilma Rousseff. Refutando a tese de que os movimentos políticos que levaram ao impedimento, o editorialista escreve “tampouco se esgota na acurada argumentação que desmonta a tese petista de que se trata de um “golpe” contra a presidente da República.”

Mais adiante no texto, chega a dar um tom irônico ao citar o parecer de Anastasia ao Senado: “Nunca se viu golpe com direito a ampla defesa, contraditório, com reuniões às claras, transmitidas ao vivo, com direito à fala por membros de todos os matizes políticos, e com procedimento ditado pela Constituição e pelo STF.”

Para O Estado de São Paulo, o papel daquele momento político é rebaixar o governo à Carta, pois considera que a “chefe de governo autoritária e convencida de que a promoção dos “interesses populares” está acima da lei.”

O próprio entendimento de que o governo petista seria um governo autoritário (item a) proposto a pôr em ação métodos de guerrilha (item b) deixam implícitos esta visão do diário paulista a necessidade de defesa da Constituição, a qual mais de uma vez recorrem para defender não só o afastamento, mas o fim dos direitos políticos de Dilma.

4.3.5 Criação de um imaginário de isolamento político

A percepção de isolamento político de Dilma é construída ao longo dos editoriais através de três pontos. O primeiro é a certeza incontestável de que o impedimento acontecerá - tanto pelo jornal quanto, segundo O Estado de São Paulo, a própria presidente Dilma. Esta opinião é explícita em Esgares da intolerância (2016) ao afirmar que “os petistas e a própria Dilma Rousseff estão convencidos de que a batalha do impeachment está perdida.”

O segundo é polarização entre petistas e a população brasileira que, apresentada como uma força massiva incontestável, jamais aceitaria a permanência criminosa da presidente no governo. Assim, só lhe restaria a Dilma uma última coisa a fazer: “dificultar o trabalho dos novos e “ilegítimos” responsáveis pela administração federal”.

Construída ao longo dos 11 editoriais que compõem nosso corpus, essa noção de isolamento é corroborada com a criação de uma personagem fora de suas capacidades mentais, que não passa de uma marionete do “chefão” Lula.

4.3.6 Falácia de argumento ao homem (*ad hominem*)

Quando não existem argumentos para justificar o indefensável, recorre-se a falácias para fazer soar válida uma ideia sem embasamentos. Toda a intriga analisada é uma grande construção de uma personagem incapaz, fraca, não merecedora do posto que ocupa - apesar das duas eleições limpas e justas que a puseram ali. Ao longo dos editoriais, dois trechos sobressaltam aos olhos do leitor atento que identifica ataques à pessoa, e não aos seus atos ou ideias.

O primeiro, como visto nas estratégias comunicativas empregadas pelo jornal O Estado de São Paulo, é de negar a sanidade mental de Dilma Rousseff em O País que se dane (2016). Defendendo uma “falta de juízo” por parte de presidente, dizendo e reiterando que, diante de suas falas, “é o caso de se pensar se já não é mais questão de mero impeachment, mas de auxílio terapêutico.”

O segundo caso reduz ainda mais a imagem de Dilma diante do leitor. O diário reduz a chefe de Estado ao nível animal, menos que racional, chamando-a de uma mera “criatura”. Mais de uma vez, no editorial Retorno à irrelevância (2016), Rousseff é tida como menos do que uma pessoa. Nas entrelinhas, ela não passa de um boneco controlado por Lula. Incapaz de vontades e ideias próprias, Dilma, que na sua trajetória pessoal lutou contra a ditadura e foi torturada nos porões do DOI-

CODI, é retratada como um ser indigno. A construção desta personagem, enfim, serve ao objetivo final do jornal - a saída de seu governo do Poder.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar entender como acontecimentos do passado se formaram é, em última instância, apropriar-se de conhecimentos que nos permitam identificar e, se for o caso, impedir de que eles voltem a acontecer. Esquecer nunca é a solução. A história se repete e, às vezes, mais rápido do que poderíamos imaginar. Ou que gostaríamos.

Finalizamos esta pesquisa analítica na esperança de instigar a leitora ou o leitor a redobrar a sua atenção aos sinais que indicam a possibilidade de uma ruptura institucional, especialmente em um país com instituições democráticas frágeis como o Brasil. A perda de direitos adquiridos chega sem avisos. Os olhos atentos, no entanto, podem ser capazes de perceber sua aproximação.

Começamos esta monografia na tentativa de compreender a profundidade e as complexidades do conceito “placenta do golpe” (KIELING; ROPERO. no prelo), uma definição recente do papel da imprensa na criação de um ambiente social favorável a uma ruptura institucional. Graças aos levantamentos e reflexões realizados por Silva (2017) e Laranjeira (2014), fomos capazes pontuar algumas características no comportamento da parte da imprensa hegemônica brasileira frente ao avanço de investidas antidemocráticas.

Infelizmente, a pesquisa de Kieling e Roperro (no prelo) que inspirou esta monografia não foi publicada até a sua conclusão. Esperamos que ela ainda possa servir de referência e reflexão para pesquisas futuras. A compreensão do papel da mídia na gestação de uma placenta do golpe não se extingue neste texto. Ao contrário: ela pode e deve ser explorada ao limite, servindo de estímulo para a análise de outras publicações que ofereçam novas características do comportamento de mídia prévios a um golpe, expandindo e aperfeiçoando o entendimento acerca de suas complexidades.

Procuramos, neste trabalho, indícios de uma placenta do golpe nos editoriais publicados pelo jornal O Estado de São Paulo entre os dias 1 e 12 de maio de 2016 - dias que antecederam a votação no Senado que aprovou o parecer de abertura do processo de afastamento da ex-presidente Dilma Rousseff. Com este objetivo, utilizamos a metodologia de análise crítica proposta por Motta (2008) para identificar ferramentas linguísticas utilizadas pelo jornal na criação de um ambiente favorável à abertura do processo de impedimento.

Após a reconstituição da intriga única, com início, meio e fim, a partir de episódios heterogênicos (MOTTA, 2008), analisamos as ferramentas de produção de efeitos do real e poéticos empregados no texto na busca de características similares às encontradas no discurso propagados pela imprensa nacional no período anterior ao golpe militar de 1964.

Todos as seis características identificadas no discurso da imprensa hegemônica referentes à 1964 foram encontrados nos editoriais que fazem parte do corpus desta monografia. Não resta dúvidas, portanto, que houve um esforço ativo por pelo menos parte da imprensa hegemônica na criação de um ambiente favorável ao impedimento de Dilma Rousseff.

Mais uma vez, “os mesmo extratos sociais, com a legitimação da mesma mídia” (SILVA, 2017) articularam esse impedimento. Mesmo com escusas datadas, como a de um perigo comunista, ou o uso de argumentos falaciosos nada dignos de alguém que pretende seriamente defender uma ideia, a imprensa brasileira mostra que não há barreiras que a impeça de defender a sua agenda, alinha à elite brasileira e ao capital internacional (LARANJEIRA, 2014).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Thadeu Silva de; LIMA, Vitória Thess Lopes da Silva. DILMA ROUSSEFF NA IMPRENSA BRASILEIRA: Da Reeleição ao Processo de Impeachment. **Revista Encontros**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 11, p.102-113, jan. 2016.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BOND, Frank Fraser. **Introdução ao Jornalismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1962.

DETIENNE, Marcel. **Comparar o incomparável**. Aparecida: Ideias e Letras, 2004.

DRUMMOND, Daniela Rocha; RIZZOTTO, Carla Cândida; ANTONELLI, Diego; FERRACIOLI, Paulo. A narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nas páginas dos jornais brasileiros. **Revista Compolítica**, v. 8, n. 2, p. 69-100, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/https://doi.org/10.21878/compolitica.2018.8.2.151>>

DUFLOTH, Simone Cristina; SALDANHA, Cristina Camila Teles. Produção de conhecimento pelas mídias sociais: um olhar retrospectivo da polarização política dos fenômenos do brexit e do impeachment presidencial de 2016 | knowledge production by social media. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 328-342, 16 out. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.18617/liinc.v15i1.4568>>

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

KIELING, Camila Garcia. Imprensa e rupturas institucionais: **Narrativas do vivido e do imaginário sobre o Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil e a Revolução de 25 de abril de 1974 em Portugal**. 2017. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação, PUCRS, Porto Alegre, 2017.

KIELING, Camila Garcia; ROPERÓ, José Manuel Peláez. **Imprensa e ruptura institucional: uma análise comparada entre os golpes midiático-militares de 1936 na Espanha e 1964 no Brasil a partir da questão da reforma agrária**, no prelo.

LARANGEIRA, Álvaro. **A mídia e o regime militar**. Porto Alegre, Sulina, 2014.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil; MONT'ALVERNE, Camila; MITOZO, Isabele Batista. A empresa jornalística como ator político: Um estudo quanti-qualitativo sobre o impeachment de Dilma Rousseff nos editoriais de Folha e Estadão. **Obercom**, Lisboa, v. 12, n. 3, p. 224-245, ago. 2018.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Análise pragmática da narrativa jornalística**. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Márcia (org.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, p. 143-167. 2008.

PLEYERS, Geoffrey; BRINGEL. Junho de 2013... dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: **Nova Sociedade**, v. 2015, n. 2, p. 4-17 (2015) Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2078.1/172074>>

SILVA, Juremir Machado da. **1964**: golpe midiático-civil-militar. Porto Alegre: Sulina, 2014.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Porto Alegre: Edipucrs, 2011.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br